

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: UM MODELO PARA AVALIAR SEU DESEMPENHO¹

Nídia M. L. Lubisco²
nidialubisco@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo, parte da tese de doutorado da autora, apresenta um modelo para a avaliação da biblioteca universitária no Brasil, no contexto da avaliação dos cursos de graduação, realizada pelo Ministério de Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O referido modelo se baseia no instrumento adotado pelo INEP (2006), mas seu conteúdo foi formulado levando em conta diferentes trabalhos: *Indicadores de rendimiento para la evaluación de la biblioteca universitaria*, da REBIUN (2000), um dos documentos do PNB, elaborado por Maria Carmen Romcy de Carvalho (1995), os *Estándares para las bibliotecas universitarias chilenas* (2001), os *Indicadores REBIUN* (2000) e *Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior* (México, 2000). O fim último deste trabalho é que o INEP e as universidades passem a dispor de um sistema de avaliação mais completo a ser aperfeiçoado à medida que os dados sejam gerados. A partir daí, deverá ser construído um banco de informações gerenciais e um sistema de indicadores de desempenho que possibilitem aos sistemas bibliotecários orientar-se para o planejamento e a gestão e que reflitam sua função de recurso pedagógico da universidade.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias – Avaliação; Bibliotecas universitárias – Brasil.

THE BRAZILIAN UNIVERSITY LIBRARY: A MODEL TO EVALUATE YOUR PERFORMANCE

ABSTRACT

This article, part of the author's doctorate thesis, presents an evaluation model for the university library in Brazil, in the context of undergraduate courses evaluation, held by MEC (Ministry of Education), through the do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). This model is based on the tool adopted by INEP (2006), but its content was formulated by taking different works into consideration: *Indicadores de rendimiento para la evaluación de la biblioteca universitaria*, from REBIUN (2000), one of the PNB documents elaborated by Maria Carmen Romcy de Carvalho (1995), *Estándares para las bibliotecas universitarias chilenas* (2001), *Indicadores REBIUN* (2000) and *Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior* (México, 2000). The aim of this last work is that INEP and the universities get to have a more complete evaluation system to be improved as long as data is obtained. Then, a managing information bank as well as a performance indicators system that allow the libraries complex to be guided to a planning and management which reflect their function of the university's pedagogical resources must be put together.

Keywords: University libraries – Evaluation; University libraries – Brazil.

¹ Extraído da tese de doutorado *La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora* (2007), Universidad Carlos III de Madrid (España). Versão revista e atualizada para esta revista.

² Professora do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Doutora em Documentação, Universidad Carlos III de Madrid (Espanha), e Assessora Técnica da Editora da Universidade Federal da Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação, como um dos componentes imprescindíveis do planejamento e da gestão de qualquer organização, ocupa um lugar permanente na literatura especializada. Sua relevância deve-se ao fato de que sua execução tem como finalidade “reunir dados úteis para a solução de problemas e tomada de decisões.” (LANCASTER, 1996, p.1) Trata-se de um processo que supõe, além da definição de objetivos, a existência de um sistema de informação, adequadamente construído e constantemente alimentado, para a implementação da gestão. As bibliotecas, do ponto de vista organizativo, não fogem a esse processo.

No Brasil, quando o Governo Federal, em 1996, promulga a legislação e respectivas normas para avaliar os cursos de graduação, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi surpreendida sem o devido preparo para atender a tais demandas governamentais no que se refere às suas bibliotecas. Assim, as exigências do Ministério de Educação e, concomitantemente, a deficiências estruturais e conjunturais que apresentavam as bibliotecas da UFBA, evidenciaram a necessidade de se conhecer o processo de avaliação e os respectivos instrumentos adotados pelo Governo. Somando-se a isto a nossa experiência no setor, foi possível identificar a inadequação dos instrumentos destinados a medir o desempenho das referidas unidades de informação e, conseqüentemente, a necessidade de se desenvolver uma metodologia específica, mais adequada para avaliar as bibliotecas universitárias, levando-se em consideração dois elementos: a metodologia elaborada pelo próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e as peculiaridades dessas bibliotecas.

Diante de tal situação, evidenciou-se como problema de pesquisa o fato de que o Governo Federal do Brasil, através do Ministério de Educação e de seus órgãos específicos para o tema avaliação, não dispunha – como ainda não dispõe, a nosso ver – de indicadores suficientes e adequados para avaliar a biblioteca universitária, na condição de serviço imprescindível para apoiar os programas de graduação e pós-graduação que oferece a Universidade.

Nesse contexto, este estudo se propôs a identificar as bases teórico-metodológicas estabelecidas pelas Comissões de Especialistas, constituídas por docentes de diferentes universidades para colaborar com o Ministério no cumprimento da referida tarefa. Para apoiar a realização deste trabalho, desenvolveu-se também um estudo sobre algumas bibliotecas universitárias ibero-americanas, com a finalidade de averiguar se e como estão trabalhando o tema. Esta iniciativa permitiu conhecer o entorno real da avaliação na região e em particular no Brasil.

No entanto, o ponto de partida para abordar a pesquisa na sua totalidade foram os resultados de um estudo de caso desenvolvido na Universidade Federal da Bahia em 2001, sob a hipótese de que o Ministério de Educação não contava com critérios e instrumentos adequados para atestar o papel da biblioteca como recurso pedagógico para os cursos de graduação.

A revisão das literaturas brasileira, latino-americana, anglo-saxônica e espanhola – especialmente a referente à experiência da *Red de Bibliotecas Universitarias* (REBIUN) da Espanha – foi imprescindível para que se conhecessem as tendências e o estado-da-arte acerca da matéria.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é levar ao conhecimento dos profissionais do setor um modelo para a avaliação da biblioteca universitária brasileira, a fim de discuti-lo, aperfeiçoá-lo e adequá-lo à realidade nacional, se assim for julgado oportuno. Pretende-se que isto se realize em foro próprio, o qual está sendo planejado e organizado paralelamente à redação deste artigo³.

A elaboração dessa proposta metodológica permitiu também que se conhecessem mais detalhes dos seguintes aspectos:

a) até que ponto o processo de avaliação realizado pelo INEP é capaz de evidenciar a eficácia ou ineficácia dos sistemas de gestão das bibliotecas, e de refletir sua contribuição para o desenvolvimento dos cursos de graduação;

b) o referencial teórico utilizado pelo Ministério para avaliar os cursos de graduação através das bibliotecas;

c) a estrutura do processo avaliativo, as dimensões que contempla, as categorias de análise eleitas, os critérios definidores dos indicadores, os padrões adotados, os instrumentos utilizados, como são aplicados e que resultados são obtidos, tudo a partir de um estudo de caso levado a cabo na UFBA;

d) o processo de avaliação aplicado na UFBA, suas características, vantagens e problemas, comparativamente ao que estabelecem a legislação e as normas governamentais;

e) as possíveis contribuições dos sistemas iberoamericanos de avaliação das bibliotecas universitárias para as bibliotecas brasileiras.

³ Trata-se do *Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira*, a ser realizado em Salvador (BA), em 29-30 de setembro e 1º de outubro do corrente ano.

Com tudo isso, foi possível alcançar o fim último desta investigação, ou seja, o de apresentar uma proposta de padrões mínimos adequados para avaliar a biblioteca universitária brasileira. Além disso, esta investigação possibilitou o cumprimento do compromisso assumido com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para a obtenção de bolsa de estudos destinada ao curso de doutorado em Documentação na Universidad Carlos III de Madrid (2003-2007).

3 METODOLOGÍA

Para chegar ao Modelo que aqui se apresenta, o desenvolvimento do trabalho pode ser agrupado em seis fases:

- visão teórica sobre avaliação, qualidade e matérias afins, tais como planejamento e gestão de organizações em geral e de bibliotecas em particular;
- revisão bibliográfica da literatura brasileira e estrangeira, tendo em conta os antecedentes e a situação atual da biblioteca universitária;
- identificação da legislação e das normas do Governo Federal no que diz respeito à avaliação da biblioteca universitária no contexto da avaliação das instituições de ensino superior (IES) e, especialmente, dos cursos de graduação;
- trabalho de campo na Universidade Federal da Bahia, tendo como objeto de estudo os 13 cursos de graduação avaliados pelo Ministério entre 1997 e 2001;
- seleção, identificação e análise dos sistemas de avaliação de bibliotecas de alguns países ibero-americanos, cujas universidades se destacam por sua relevância no âmbito acadêmico da região;
- desenvolvimento de uma metodologia de avaliação para as bibliotecas universitárias brasileiras.

A revisão bibliográfica da literatura nacional e de outros países sobre a matéria foi realizada principalmente nos acervos das bibliotecas brasileiras e espanholas. Incluíram-se estudos de entidades de influência internacional, a exemplo da *American Library Association* (ALA) e da *International Federation of Libraries Association* (IFLA). Também foram consultados os anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) até o ano de 2006. Em seguida, buscaram-se também os programas brasileiros de pós-graduação em Ciência da Informação e o Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), coordenado pelo Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o objetivo de localizar teses sobre o tema de interesse. Merece registro, no entanto, que boa parte da literatura européia foi indicada pela professora orientadora da tese que deu origem a este artigo⁴. O *Simposio Electrónico sobre Evaluación y Calidad en Bibliotecas*, realizado pela Sociedad Argentina de Información em agosto de 2002, do qual participamos com o primeiro trabalho oficial, também contribuiu com muitas experiências úteis para o presente estudo, além de oferecer novas fontes em suas respectivas referências bibliográficas. Manteve-se contacto com alguns dos autores participantes do evento, processo enriquecido com trabalhos encontrados nas páginas *Web* das suas respectivas universidades, nas das universidades selecionadas para este estudo e nas de algumas universidades espanholas.

Cabe esclarecer que não foi uma casualidade contar com uma grande quantidade de autores brasileiros para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que o fim último deste trabalho é oferecer ao INEP uma ferramenta que contribua para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação das bibliotecas no contexto da avaliação dos cursos de graduação do Brasil. Não obstante, esta decisão não excluiu, como se disse anteriormente, a consulta à literatura estrangeira. Pelo contrário, dela nutriu-se, especialmente da anglo-saxônica e da espanhola, como elemento indispensável para dar suporte teórico e prático à metodologia adotada para este estudo.

Em seguida, identificou-se a legislação federal sobre avaliação institucional, e procedeu-se à sua coleta e análise com a finalidade de conhecer os princípios e diretrizes governamentais que regem esta modalidade de avaliação, tendo em vista sua função de assegurar o cumprimento da missão da universidade. O mesmo procedimento se aplicou ao que diz respeito às normas que determinam o processo de avaliação dos cursos de graduação, publicadas nos períodos compreendidos entre 1996 e 2001, e entre 2002 e 2006.

Concluída esta etapa, destacou-se na legislação e nas normas tudo o que se referisse à biblioteca universitária como um dos fatores determinantes do desempenho dos cursos de graduação.

Após os procedimentos de identificação e coleta, realizou-se uma análise comparativa entre a legislação e respectivas normas com a prática desenvolvida pelo INEP. Essa prática foi analisada mediante um trabalho de campo realizado em duas etapas, coincidentes com outros processos: a)

⁴ Agradeço à Profa. Ana Pacios Lozano, orientadora da tese de doutorado, por suas sugestões e contribuições para este artigo.

enquanto eram avaliados os 13 cursos da UFBA (entre 1997 e 2001), foi elaborada a pesquisa para o mestrado acadêmico (2000-2001); b) a mudança da legislação federal sobre o tema ocorreu durante a pesquisa para o doutorado (2004-2007).

Durante a fase inicial da metodologia (2000-2001), foram elaboradas, aplicadas e analisadas entrevistas com os Coordenadores de Colegiado dos 13 cursos da UFBA e com os bibliotecários das respectivas unidades de ensino. O que se pretendia era conhecer sua concepção sobre o processo de avaliação na sua totalidade, ou seja, sua opinião sobre os instrumentos, os métodos e o modo de participação das Comissões de Avaliação do INEP. A seguir, foram comparadas as propostas definidas na legislação e nas normas vigentes com os resultados obtidos nas referidas entrevistas.

Todo este material foi comentado com o apoio bibliográfico utilizado para desenvolver a pesquisa. Como já foi dito, esse apoio iniciou-se com a identificação e atualização da legislação e das normas governamentais; como suporte teórico, foram selecionados os autores brasileiros que mais contribuíram – e ainda contribuem – com a matéria. Alguns deles haviam participado diretamente da criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), no âmbito do Ministério de Educação, e praticamente todos, de alguma maneira, influenciaram na criação do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que já vai para sua 15ª edição este ano (em outubro, São Paulo).

Paralelamente, identificaram-se, na literatura estrangeira, trabalhos de entidades com relevância internacional, além de autores individuais que mais contribuição oferecem na área. No que diz respeito à literatura espanhola, levando em consideração o nível de desenvolvimento das bibliotecas do país, as buscas foram feitas por meio dos serviços bibliotecários da Universidad Carlos III de Madrid e sob a orientação da orientadora da tese.

A publicação da Lei 10.861/2004 fez com que a segunda etapa do trabalho (2004-2007) se desenvolvesse em três fases: a) uma atualização de toda a legislação e respectivas normas até 2006; b) coleta de dados, informações e outros documentos elaborados pelas universidades por nós visitadas entre fevereiro e março de 2005⁵; c) seleção das universidades ibero-americanas que constituem a população investigada, e nas quais foram aplicados questionários acerca dos sistemas de avaliação de suas respectivas bibliotecas a partir dos Indicadores REBIUN 2000).

De posse de todos esses elementos, desenvolvemos o modelo para avaliação da biblioteca universitária brasileira, fim último desta pesquisa, tendo em consideração a confirmação da hipótese levantada de que o INEP não dispõe de indicadores suficientes e adequados para avaliar a biblioteca no contexto da avaliação dos cursos de graduação.

⁵ USP, Unicamp, UFRGS, UFBA, El Colegio de México.

4 MODELO DE AVALIAÇÃO PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

Confirmada a hipótese de que o INEP não conta com indicadores suficientes e de todo adequados para avaliar as bibliotecas universitárias no contexto da avaliação dos cursos de graduação, comentam-se, a seguir, alguns modelos tomados como referência e, logo depois, apresenta-se o modelo proposto.

4.1 OS MODELOS DE REFERÊNCIA E SUA ADAPTAÇÃO À REALIDADE BRASILEIRA

Ao propor um sistema de avaliação para bibliotecas universitárias, Marta de la Mano González tem claro que a preocupação pelo tema nos anos 90 se deve mais ao “interés que el tema ha suscitado [...] entre profesionales, docentes e investigadores del campo de la Biblioteconomía y Documentación” que a iniciativas dos próprios sistemas de bibliotecas para “conocer y mejorar su rendimiento” (MANO GONZÁLEZ, 1998, p.175). O reflexo desse interesse fica evidente na adoção das técnicas de planejamento, gestão e avaliação no âmbito dos sistemas bibliotecários. Essas medidas abriram a possibilidade de se determinar objetivos e metas coerentes com as demandas dos usuários e, a partir daí, identificar e aplicar “indicadores que revelen el grado de éxito que se ha alcanzado en su misión” (MANO GONZÁLEZ, 1998, p. 175).

Baseando-se em Lancaster, a referida autora (GONZÁLEZ, 1998, p.176) afirma que a avaliação deve orientar-se em direção a quatro vertentes ou objetivos: a) determinar níveis de desempenho dos serviços; b) comparar as condições e resultados com bibliotecas similares; c) justificar a existência da biblioteca; e d) identificar fontes de erro e eficácia no desempenho dos serviços. A estes objetivos correspondem duas funções complementares: a) uma, de caráter interno, que procura analisar a realidade da própria biblioteca ante o ideal que a ela se atribui; b) outra, de caráter externo, que tem como referência a atuação de bibliotecas similares, fato que possibilitará validar a comparação.

Ante o exposto, fica evidente que, para levar adiante um processo de avaliação, seja interno ou externo, é necessário superar algumas etapas sequenciais e interdependentes, segundo o modelo desenvolvido por López Gijón (1996, p.79): a) identificação e coleta de dados representativos do funcionamento da biblioteca; b) processamento dos dados para obter indicadores de desempenho; c)

análise e interpretação dessas informações, “cuyo resultado constituirá la base sobre la que sustentar la toma de decisiones [...] y la evaluación [...] con criterios objetivos”.

Quanto aos dados, devem integrar “la práctica de una estadística regular y normalizada” (MANO GONZÁLEZ, 1998, p.180), cuja primeira etapa se refere à coleta de dados absolutos, os quais simplesmente medem as atividades desenvolvidas e as condições (variáveis) da biblioteca, como pessoal, recursos financeiros, incremento da coleção, funcionamento dos serviços. A autora ainda destaca que esses dados refletem uma imagem da realidade, mas não permitem conhecê-la. No entanto, destaca que a coleta regular e sistematizada desses dados absolutos é que possibilitará as análises mais complexas da situação.

Assim, a segunda etapa se refere à formulação do sistema de indicadores. Trata-se de uma tarefa mais complexa, uma vez que ela implica a existência de padrões de desempenho e a aplicação de fórmulas matemáticas para a obtenção dos cálculos sobre o cumprimento satisfatório dos referidos indicadores. Um sistema dessa natureza tem como base de cálculo os dados coletados sobre serviços, atividades e produtos. No entanto, é preciso ter claro que os indicadores não são obtidos a partir de qualquer dado, como se disse antes, e sim a partir daqueles coletados de forma sistemática e normalizada (ainda que por método manual), isto é, sempre da mesma maneira e a partir de fontes previamente determinadas, de modo que se conte com séries históricas.

A etapa final se refere à interpretação e valoração dos indicadores e corresponde ao processo de avaliação propriamente dito. Sua finalidade é incidir diretamente na tomada de decisões, na correção de erros, na melhora de serviços, na identificação de pontos fracos e fortes, enfim, ela deve ser a alavanca que vai possibilitar a implementação das mudanças necessárias para que a biblioteca tenha uma gestão eficaz, orientada a oferecer atividades, serviços e produtos de qualidade. Esta afirmação reflete um consenso da literatura: a avaliação não é um fim em si e sim um meio para alcançar determinado fim.

Convém assinalar que estamos conscientes de que, por ser único, cada sistema de bibliotecas deveria estabelecer seus próprios critérios de avaliação. Não obstante, sabe-se que tal medida se tornaria praticamente inviável - por um lado, pelo trabalho e o custo que supõe, e por outro, devido ao fato de que a avaliação externa, “se basa, esencialmente, en la comparación entre bibliotecas” (MANO GONZÁLEZ, 1998, p.178).

Além disso, ante a pretensão final deste estudo de pesquisa – qual seja, oferecer ao INEP um instrumento capaz de evidenciar o papel da biblioteca na avaliação dos cursos de graduação – o que se desenvolve aqui não é um *sistema de indicadores* e sim um *modelo de avaliação*. Para tanto, consideraram-se grupos de indicadores, conforme o que determina o instrumento do INEP, as

macrofunções da biblioteca universitária. Esses grupos abarcam o que Maria Carmen Romcy de Carvalho denomina “sistemas”, dentro das funções da universidade – ensino, pesquisa e extensão. Referem-se, segundo nossa classificação, a quatro aspectos relacionados com:

- a gestão da biblioteca (administração);
- o ambiente acadêmico (pessoal interno e externo, isto é, estudantes de graduação e pós-graduação, recursos humanos das bibliotecas e pessoal envolvido na gestão e na extensão da universidade);
- o controle bibliográfico (formação e desenvolvimento de coleções);
- os recursos oferecidos aos usuários (serviços e produtos).

Os indicadores, também segundo o INEP, correspondem às funções específicas ou finalidades do sistema bibliotecário. Incluem-se, ainda, os critérios para estabelecer a pontuação e, sempre que possível, padrões já testados em bibliotecas latino-americanas, tendo em vista a similitude que guardam com a situação brasileira.

Pelas razões anteriormente expostas, desenvolveu-se aqui um único modelo, com a intenção de aplicá-lo em âmbito nacional, ainda que se conheçam as diferenças regionais e locais existentes no País. O que se buscou foi, por um lado, oferecer ao INEP um instrumento capaz de refletir o funcionamento da biblioteca universitária; por outro, oferecer aos sistemas bibliotecários um modelo destinado a orientar seu planejamento e sua gestão, o qual lhes possibilite criar um futuro sistema de indicadores e dispor de condições para enfrentar a avaliação governamental. Isto, tendo-se em mente que à nota máxima de um indicador corresponde uma situação ideal.

Os indicadores elaborados pela REBIUN para as bibliotecas universitárias da Espanha (CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERSIDADES ESPAÑOLAS, 2000) constituem a principal referência para o modelo que se apresenta a seguir. Isto se explica, por um lado, ante a qualidade que alcançaram as bibliotecas universitárias espanholas em geral em comparação com as brasileiras; e, por outro, pela liderança que a Espanha exerce nos países ibero-americanos, em diversos campos de atividade. No entanto, tentar trasladar de um país para outro um modelo tal como se apresenta na sua origem, ainda que bem-sucedido, seria uma medida não só temerária, mas imprópria. No que diz respeito às bibliotecas universitárias, especificamente, isto se deve a que as realidades acadêmicas, culturais e sociopolíticas de um país para outro são muito diferentes. Além disso, há praticamente um consenso na literatura condenando esse tipo de importação pelo aspecto artificial de que se reveste.

Pelas razões anteriormente expostas, apresentam-se em negrito os indicadores REBIUN que, segundo os resultados dos questionários respondidos pelas bibliotecas ibero-americanas selecionadas, se adaptam ao caso brasileiro; assinalados em itálico, os que deverão ser incluídos em um futuro oportuno; e em fonte normal, os que não se aplicam, pelo menos de momento.

- 1 Metros quadrados construídos por usuário**
- 2 Estudantes por posto de leitura**
- 3 Incremento de monografias por usuário**
- 4 Periódicos correntes em papel por pesquisador*
- 5 Volumes informatizados sobre o total**
- 6 Visitas por usuário
- 7 Empréstimo por usuário**
- 8 Consultas a bases de dados por pesquisador*
- 9 Artigos eletrônicos por pesquisador*
- 10 Visitas à Web por usuário*
- 11 Consultas ao catálogo por usuário*
- 12 EIB⁶: documentos obtidos por pesquisador**
- 13 EIB: artigos por periódico corrente em papel**
- 14 Usuários por pessoal da biblioteca**
- 15 Técnicos em relação ao total**
- 16 Gasto em aquisições por usuário**
- 17 Gasto em periódicos por pesquisador*
- 18 Gasto em monografias sobre o total**
- 19 Gasto em recursos eletrônicos sobre o total
- 20 Estagiários em relação ao total

Se compararmos, ainda que superficialmente, as bibliotecas universitárias espanholas com as brasileiras, o que se percebe é que as primeiras já superaram muitos aspectos relativos à infraestrutura, à administração, aos serviços e às tecnologias. Também se observa que as questões de pessoal se encontram de certo modo resolvidas (quantidade e qualificação, por exemplo). No Brasil, ao contrário, de modo geral ainda há questões básicas por superar, situação que, há muitos anos,

⁶ EIB = Empréstimo interbibliotecário

vem sendo objeto de luta por parte dos bibliotecários, como se pode comprovar, principalmente, nos trabalhos de Maria Luisa Monteiro da Cunha (1977) e Maria Lúcia Andrade Garcia (1991).

Diante do exposto, foram adotados os Indicadores REBIUN que representam problemas ainda sem solução ou em vias de solução no Brasil e que, ao mesmo tempo, são significativos para demonstrar o funcionamento da biblioteca em seus aspectos básicos. Alguns foram descartados provisoriamente (assinalados em itálico) por depender de uma infra-estrutura tecnológica (exemplo: Artigos eletrônicos por pesquisador) ou de controles especiais (exemplo: Consultas ao catálogo por usuário; neste caso, porque nem todas as bibliotecas universitárias brasileiras estão totalmente automatizadas, nem todas operam com OPAC); quanto aos não adotados, comentar-se-á o motivo de um em um. São os seguintes:

- visitas por usuário: não se considera relevante, além de demandar um controle especial;
- gasto em recursos eletrônicos sobre o total: ainda que seja significativo do ponto de vista dos investimentos, no Brasil esse indicador não é relevante por causa do Portal de Periódicos, de livre acesso a todas as IES brasileiras, o qual é coordenado pela CAPES que também controla o seu uso. De qualquer modo, pela sua importância, a longo prazo deve integrar-se ao sistema de indicadores;
- bolsistas com relação ao total: por ora, não é aplicável porque a contratação de bolsistas (estagiários) no Brasil ainda é problemática, isto é, entre os gestores, de modo geral, não há uma mentalidade formada a respeito, motivo pelo qual não se implantam medidas concretas orientadas para a contratação regular de bolsistas como na Espanha, por exemplo.

Além dos Indicadores REBIUN, há outras obras que contribuíram para a elaboração do modelo de avaliação aqui proposto para as bibliotecas brasileiras, comentados a seguir:

- um dos documentos do PNBU, elaborado por Maria Carmen Romcy de Carvalho, anteriormente aludido - *Estatística e padrões para o planejamento e a avaliação das bibliotecas universitárias* (1995); sua inclusão se deve a duas razões fundamentais: a) foi um dos documentos-chave do PNBU; b) sua estrutura, por causa da forma pormenorizada com que apresenta os serviços bibliotecários, teve uma aceitação quase unânime entre as bibliotecas brasileiras que responderam ao questionário.

- padrões para catalogação de monografias, ainda não estabelecidos formalmente, mas verificados, na prática, pela Biblioteca Central da UFBA e pela Fundação Getúlio Vargas. Cabe assinalar que o acesso a esses padrões deu origem, no modelo proposto, a uma média de

produtividade julgada razoável, tendo em vista os seguintes fatores: o *software* adotado⁷, o nível de catalogação estabelecido, a normalização das entradas (diversos tipos e autorias) e os cabeçalhos de assunto, o sistema de classificação e o funcionamento da rede informática (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2007; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007). Tendo em vista a grande diferença entre as duas instituições, a seguir se apresenta um quadro-resumo com os dados por elas fornecidos.

INSTITUIÇÃO	CATALOGAÇÃO ORIGINAL		CATALOGAÇÃO DERIVADA		REGISTRO E ETIQUETAGEM	
	1 hora	6 horas	1 hora	6 horas	1 hora	6 horas
UFBA	2	12*	3,5	20**	30	180***
FGV	4	24	12	72	60	360

QUADRO 1 – Padrões para catalogação de monografias

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2007...; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007...

Nota:

* 10 a 12/6 horas

** 15 a 20/6 horas

*** 150 a 200/6 horas de cada uno.

A isto foram acrescentadas contribuições de outros trabalhos da América Latina, por conter indicadores que se ajustam às condições das bibliotecas brasileiras e, além destes, dois europeus⁸, tendo em vista a amplitude e a objetividade que apresentam:

- *Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior de la región centro occidental de ANUIES* (ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 2000).
- *Estándares para bibliotecas universitarias chilenas* (CONSEJO DE RECTORES DE LAS UNIVERSIDADES CHILENAS, 2001).
- *Propuesta de evaluación de bibliotecas* [...], de Marta de la Mano González (1998).
- *Norma UNE 50.137* (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN, 2000).

⁷ Tanto a UFBA como a FGV adotam o *software* PERGAMUM Sistema Integrado de Bibliotecas, atualmente muito difundido no Brasil. Foi desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁸ Não foram incluídos os trabalhos de Roswitha Poll e Boekhorst por já estarem contemplados nos Indicadores REBIUN.

Também foram utilizados para efeito de comparação e na revisão final, outros documentos sobre o tema⁹, a saber:

- *Guía de evaluación de bibliotecas*, do Consejo de Coordinación Universitaria de España, 2002.
- *Normas y criterios para la evaluación de las bibliotecas universitarias [...]*, de Marcela Fushimi, 2002.
- *Guía EFQM para la autoevaluación de bibliotecas universitarias*, coordenado por Miguel Duarte Barrionuevo, em 2002.
- O projeto *Desarrollo de nuevos instrumentos de medición de la calidad de las bibliotecas universitarias españolas* (UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID, 2003).
- *Manual de instruções para preenchimento dos dados do relatório gerencial estatístico do SBU*, do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2007).

4.2 O MODELO PROPOSTO

Com a finalidade de uniformizar a terminología aquí empregada em relação à do INEP e, assim, permitir um entendimento objetivo dos conceitos adotados, apresentam-se a seguir as definições dos vocábulos e expressões constantes no modelo proposto:

- **Categorías de Análise** – segundo o Instrumento do INEP de 2006, trata-se de um grupo de grandes características referentes aos aspectos do curso de graduação sobre os quais se vai emitir um juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam uma totalidade. Ex.: Categoria de Análise 1: Organização Didático-pedagógica; Categoria de Análise 2: Corpos Docente, Discente e Pessoal Administrativo e de Serviços; Categoria de Análise 3: Biblioteca; Categoria de Análise 4: Instalações Físicas.
- **Grupos de Indicadores** – são os elementos representativos das funções e atividades, serviços e produtos da biblioteca. Ex.: Grupo 3.1 Administração; Grupo 3.2 Contexto Acadêmico; Grupo 3.3 Formação e Desenvolvimento de Coleções; Grupo 3.4 Serviços ao Usuário.
- **Indicador** ou **Indicador de Desempenho** – segundo a Norma UNE 50-137, é a expressão que descreve atividades (fatos, pessoas, objetos), serviços e produtos em termos

⁹ Após o término deste trabalho, tivemos acesso a quatro artigos (indicados na íntegra nas Referências) que, embora tratem do tema indicadores de desempenho, não foram adotados por tratarem mais dos aspectos teórico-conceituais. São eles: COLETTA; ROZENFELD, 2007, GUIMARÃES et al, 2006, ROZADOS, 2005; STUBBS, 2004.

quantitativos e qualitativos, e que possibilita obter evidências concretas da realidade, isto é, trata-se de uma medida de desempenho. No entanto, para manter a terminologia do INEP, adotou-se o vocábulo tal como este consta no seu manual de 2006. Por outro lado, tendo em conta a definição da Asociación Española de Normas Técnicas (AENOR), a segunda coluna do modelo, a nosso ver, estaria mais bem representada pelos vocábulos função e condições em lugar de indicador, uma vez que se refere às funções específicas da biblioteca universitária e suas condições de funcionamento.

- **Crítérios** – são especificações dos elementos que servem de base para a avaliação (juízos, comparação ou apreciação) e para atribuir uma nota a um indicador; sempre que possível, vêm acompanhados de padrões mínimos.
- **Padrão** – refere-se a medidas que orientam para o bom desempenho nas atividades, serviços e produtos, ou para boas condições de funcionamento, de maneira que a biblioteca possa cumprir não só suas funções básicas, mas os objetivos estabelecidos no seu planejamento.
- **Nota** – representação numérica do resultado da avaliação de um indicador ou de um grupo de indicadores, numa escala de 1 a 5, sendo 1 o valor mais baixo e 5, o mais alto.
- **Conceito** – é a média final da valoração de cada indicador e de um grupo de indicadores, e se refere à categoria de análise; seu cálculo se obtém segundo explica o item 3.3.
- **Biblioteca Principal** – ou Biblioteca Cabeça de Sistema, ou ainda Órgão Coordenador, é a entidade responsável pela coordenação de um sistema de bibliotecas de determinada IES. Pode ou não ser uma biblioteca. Está representada por BP.
- **Biblioteca Setorial** – é uma unidade de informação, que pode localizar-se em uma faculdade, departamento ou outra divisão da estrutura organizacional da IES e que integra o sistema bibliotecário; está representada por BS.

Com relação ao Instrumento do INEP, a primeira mudança que se propõe para o novo modelo é que a biblioteca retorne à sua condição de categoria de análise no processo de avaliação, deixando a condição de “Instalação Física” da universidade. Com esta medida, pretende-se que a biblioteca universitária logre um *status* acadêmico-pedagógico dentro da IES. Em consequência, mudam também os grupos de indicadores.

Quanto à estrutura, pareceu-nos conveniente manter o mesmo modelo adotado pelo INEP, por três razões:

- para garantir a uniformidade do instrumento, uma vez que as outras categorias de análise que avaliam os cursos de graduação assim se

apresentam;

- seu modo de apresentação permite fácil entendimento e manejo;
- ele possibilita a introdução de mudanças com facilidade.

A única mudança estrutural foi feita no número de colunas do formulário, ou seja, em lugar de duas (Indicadores a serem avaliados e Critérios para atribuição de conceitos) vai-se trabalhar com quatro (Grupos de indicadores; Indicador; Critérios para estabelecer a nota; Nota).

Assim, as mudanças propostas são de duas naturezas:

- 1ª - Estratégico-conceitual: a biblioteca muda de *status* dentro da IES e os critérios, sempre que possível, devem incluir padrões mínimos, de maneira que os membros das Comissões de Avaliação disponham de uma base de referência ou ponto de partida. Isto não significa que cada IES, ao longo do tempo, não possa melhorá-los segundo suas experiências, peculiaridades e a importância que tenha a biblioteca aos olhos da respectiva instituição. Em consequência, redefine-se a terminologia empregada pelo INEP, de modo a refletir uma nova visão acerca do papel da biblioteca dentro da IES.
- 2ª - Estrutural: em vez de adotar duas colunas (como aparece no manual do INEP, já citado), adotam-se quatro, resultado da mudança proposta, como já se explicou anteriormente.

Com a finalidade de demonstrar a diferença entre o enfoque vigente, do INEP, e o proposto, a seguir apresentam-se os dois modelos que encabeçam a seção referente à biblioteca.

CATEGORIA 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

Grupos de Indicadores	Ponderação
3.1. BIBLIOTECA: adequação do acervo ao programa do curso (graduação)	50
3.2. INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para formação básica	10
3.3. INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para formação profissional e especializada	20
3.4. INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para prática profissional e serviços para a comunidade	20

QUADRO 2 – Modelo atual do INEP

Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p.68.

CATEGORIA DE ANÁLISE 3 – BIBLIOTECA

Grupos de Indicadores	Ponderação
3.1. ADMINISTRAÇÃO (ADM)	25
3.2. CONTEXTO ACADÊMICO (CAC)	20
3.3. FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DA COLEÇÕES (FDC)	25
3.4. SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO USUARIO (SAU)	30

QUADRO 3 – Modelo adaptado proposto

Definida a biblioteca como uma categoria de análise, justificam-se as ponderações atribuídas aos Grupos de Indicadores, conforme segue:

- Os dois primeiros grupos (3.1 e 3.2) se referem a aspectos orgânicos (contexto estrutural) e organizativos (condições de funcionamento) da biblioteca, isto é, são requisitos que uma organização deve cumprir para seu funcionamento. Numa visão superficial, ou talvez sob a ótica espanhola, poderia parecer mais adequado atribuir-lhe uma ponderação mais baixa ou igual à estabelecida (por exemplo, 20 e 20, como se pensou inicialmente), já que é de se supor que, ao criar-se uma biblioteca acadêmica, ela começa a funcionar afinada pela missão, finalidade e demandas da Universidade à qual vai prestar serviço. No entanto, se levarmos em conta a realidade brasileira, considera-se necessário evidenciar a relevância desses aspectos, principalmente do primeiro, de modo que tanto os dirigentes universitários como os avaliadores tenham claro o investimento e os esforços que demanda uma biblioteca dessa natureza.

- A diferença de 5 pontos no peso da ponderação do item 3.2 em relação ao 3.1 deve-se ao fato de que, se os controles de pessoal não forem resolvidos por parte da IES, o próprio sistema bibliotecário pode encontrar soluções internas. De fato, estamos conscientes de que estes dois primeiros grupos apóiam o desenvolvimento das atividades, serviços e produtos específicos da biblioteca, tendo em conta que estes devem garantir a oferta de bons serviços bibliotecários (representados nos grupos 3.3 e 3.4). Mas esse apoio supõe o reconhecimento, por parte da administração superior da IES, do papel desempenhado pela biblioteca para o cumprimento da sua missão. Isto significa dizer que o sistema bibliotecário, além de participar do planejamento institucional, deve dispor de um orçamento que lhe possibilite desenvolver os serviços de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

- Os grupos 3.3 e 3.4 se referem às funções específicas da biblioteca (serviços orientados para apoiar as necessidades informativas dos programas de ensino, pesquisa e extensão), ainda que o primeiro seja de apoio técnico e o segundo se refira às finalidades da biblioteca. Deste modo, fica evidente a interdependência destes grupos, isto é, para que se cumpram as finalidades da biblioteca (representadas pelos serviços ao usuário) é necessário que a biblioteca ofereça uma coleção e serviços de informação devidamente organizados, acessíveis, atualizados, em quantidade adequada ao número de usuários e com conteúdos pertinentes aos programas de ensino e pesquisa. No entanto, a diferença de 5 pontos na ponderação do item 3.3 em relação ao 3.4, deve-se à observação prática de que uma defasagem bibliográfica e informativa – como é comum ocorrer no País – pode ser compensada por um pessoal bem formado, ou seja, profissionais com uma qualificação adequada, capazes de buscar a informação onde quer que ela se encontre. Não obstante, ante o exposto, destaca-se também a interdependência existente entre os grupos 3.1 e 3.4 que incluem, respectivamente, a formação do pessoal e as diversas modalidades de serviços ao usuário.

Outro aspecto a considerar é que, para levar avante um processo avaliativo, seja interno ou externo, a Biblioteca-cabeça de Sistema precisa dispor de uma infra-estrutura de informação gerencial, consistente e sistematicamente coletada e analisada. Isso implica a criação de um banco de dados que reflita toda a dinâmica de uma biblioteca. Para tanto, propõe-se a criação de um *Banco de Informação Gerencial* (BIG), como requisito básico do processo.

A reunião desses dados, após alguns anos de coleta, oferecerá as condições necessárias para o desenvolvimento de um *Sistema de Indicadores*. Assim, considerando que é necessário dispor de uma estrutura-padrão que atenda tanto às peculiaridades do BIG, como do Sistema de Indicadores e do Sistema de Avaliação, nossa sugestão é que o sistema de coleta de dados seja estruturado por indicadores, segundo o documento técnico do PNB (CARVALHO, 1995). Isto significa dizer que as funções (expressas em atividades, serviços e produtos) e as condições de funcionamento serão reunidas por grupos de indicadores anteriormente citados: Administração; Contexto Acadêmico; Formação e Desenvolvimento de Coleções; e Serviços ao Usuário.

Esses grupos de indicadores, representativos de conjuntos (ou blocos afins) de funções e condições de funcionamento, por sua vez, mostram a biblioteca como um elemento essencial da vida acadêmica, integrada por um conjunto orgânico constituído por pessoas, recursos de informação, infra-estrutura para prestar os serviços (instalações, equipamentos, tecnologia, entre outros) e um ambiente próprio tanto interna, quanto externamente (cultura). Pretendeu-se atender a todos esses aspectos por meio dos indicadores correspondentes a cada um dos grupos de indicadores.

Os quatro grupos considerados, constantes do Quadro n. 4, são os seguintes:

- **ADMINISTRAÇÃO (ADM)**

1º.) **DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENADOR DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS** - *Refere-se à situação Orgânica da BP e suas implicações quanto ao planejamento da gestão e do orçamento.*

2º.) **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**
Refere-se ao modelo de gestão, à prática de planejamento e ao sistema de avaliação.

3º.) **FORMAÇÃO DO PESSOAL**
Trata dos programas de educação continuada do pessoal, considerando os objetivos, as necessidades, as demandas e a inovação do sistema de bibliotecas.

4º.) **ESPAÇO FÍSICO**
Refere-se às superfícies destinadas aos usuários, à administração e aos materiais; inclui as condições de uso: capacidade de ocupação simultânea, salas para trabalho individual e em grupo, acesso a deficientes físicos.

5º.) **FUNCIONAMENTO**
Refere-se aos dias e horários de abertura da biblioteca.

6º.) **INFRA-ESTRUTURA PARA OS SERVIÇOS**
Refere-se aos recursos técnicos e tecnológicos disponíveis, para uso interno e para os usuários.

7º.) **SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS**
Refere-se ao ambiente da biblioteca em geral, relacionado com a segurança dos bens e das pessoas, assim como ao conforto e à racionalidade de distribuição dos espaços, segundo seu uso.

- **CONTEXTO ACADÊMICO (CAC)**

1º.) **USUÁRIOS**
Refere-se ao controle dos diferentes tipos de usuários (estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores, pessoal da administração e dos serviços).

2º.) **PESSOAL DA BIBLIOTECA (RH)**
Refere-se ao controle de pessoal que trabalha nas BB e torna possível a gestão dos processos de seu interesse (frequência, férias, licenças etc).

- **FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DAS COLEÇÕES (FDC)**

1º.) **SELEÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Refere-se ao processo de escolher os materiais informativos que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, o tipo de suporte, o idioma, tudo segundo os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.

2º.) **AQUISIÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Refere-se ao processo de obtenção dos recursos de informação por compra, doação e permuta, segundo os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição

3º.) **CATALOGAÇÃO**

Refere-se ao processo de registro e indexação dos documentos adquiridos, com base nas normas internacionais, de modo a assegurar a representação e recuperação eficazes da coleção.

4º.) **ACESSIBILIDADE DA COLEÇÃO**

Refere-se às condições de controle quantitativo, de armazenamento e de acesso a todo tipo de recursos informativos.

- **SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO USUÁRIO (SAU)**

- **TIPOS, QUANTIDADE E QUALIDADE**

Refere-se a todos os aspectos relativos aos serviços aos usuários, tendo em vista sua satisfação.

Cada indicador terá seus respectivos critérios para que se possa atribuir-lhe uma nota. Esta, por sua vez, será representada em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o valor mais baixo, segundo determinam a legislação e as normas vigentes. A média das notas vai gerar a média semifinal para cada conjunto ou bloco. As notas dos 4 blocos, segundo as ponderações estabelecidas, possibilitarão, primeiramente, o cálculo do conceito final da biblioteca, e em segundo lugar, do curso de graduação.

A base deste modelo, como já se comentou anteriormente, é o Instrumento do INEP, o que significa que as orientações acerca da valoração e atribuição de conceitos aplicados às outras categorias de análise também serão levadas em conta na biblioteca, segundo o que estabelece o referido Instrumento (BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006, p.22-24).

Este modelo supõe que cada biblioteca cabeça de sistema (ou o órgão coordenador do sistema) forma uma rede de bibliotecas de uma determinada Instituição (ou conta com uma estrutura organizativa que possibilite esse vínculo), e assim seja capaz de alimentar

sistematicamente o Banco de Informações Gerenciais. Essa base de dados, por sua vez, deve ser estruturada de maneira que reflita toda a dinâmica da biblioteca, no que se refere às suas finalidades, traduzidas em atividades, serviços e produtos. A partir desse Banco, serão retirados os relatórios de gestão (com dados absolutos) que, por sua vez, constituirão a base do Sistema de Indicadores e os insumos para o planejamento e a avaliação, segundo propõe López Gijón (1996, p.79).

Cumprido esclarecer que os dois primeiros indicadores do modelo (3.1.1 e 3.1.2.) referem-se à biblioteca cabeça do sistema ou órgão coordenador, aqui chamado Biblioteca Principal, ou simplesmente BP. O INEP deve levar em consideração que, ainda que esteja avaliando uma biblioteca de faculdade ou de área, aqui chamada Biblioteca Setorial (BS), não pode prescindir de considerar essa biblioteca no seu contexto organizativo, isto é, de saber que tipo de vínculo ou subordinação tem em relação à BP (técnico-administrativo? só técnico? só administrativo? não tem vínculo? neste caso, sua subordinação hierárquica se circunscreve à faculdade onde está inserida?). Identificar esse aspecto não implica emitir nenhum juízo de valor, e sim considerar que uma das características das bibliotecas universitárias é não ter autonomia administrativa. Ter claros os níveis hierárquicos e, por consequência, os canais de comunicação por onde transita a biblioteca (relações organizacionais formais) é fundamental para diagnosticar o modo como esta se move dentro da IES e ante que instâncias decisórias ela deve prestar contas.

O cálculo do conceito final da categoria de análise Biblioteca estará baseado no que estabelece a Lei 10.861/2004 e no Instrumento do INEP de 2006. Esse resultado final, por sua vez, formará parte do cálculo do conceito final a ser atribuído ao curso de graduação em que se encontra a biblioteca.

A seguir, apresenta-se o Quadro 4 que se constitui no modelo propriamente dito para avaliar a biblioteca universitária.

Grupos de Indicadores	Indicadores	Crítérios para atribuir nota e padrões (se couber)	Nota
3.1. ADM.	3.1.1. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENADOR DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS	1. A Biblioteca Principal (BP) depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente) 2. A BP está incluída no plano IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional. 3. A instituição destina recursos específicos para a BP, ou seja, a BP é uma unidade orçamentária da IES.	5

		<p>4. O orçamento determinado para a BP representa um mínimo de 4 ou 5% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas), excluindo-se a folha de pagamento*.</p> <p>5. A BP controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.</p> <p>6. A BP tem infra-estrutura e estrutura para captar e gerenciar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que permitem seu autofinanciamento.</p> <p>* O percentual até a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um escalonamento dentro de um plano quadrienal que, a partir de x anos, estabeleça um valor fixo.</p>	
		<p>1. A BP depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)</p> <p>2. A BP está incluída no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional.</p> <p>3. A instituição determina recursos específicos para a BP, ou seja, a BP é uma unidade orçamentária da IES.</p> <p>4. O orçamento determinado para a BP representa 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas), excluindo-se a folha de pagamento.</p> <p>5. A BP controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.</p> <p>6. A BP tem infra-estrutura e estrutura para captar e gerenciar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que permitem seu autofinanciamento.</p>	4
		<p>1. A BP depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)</p> <p>2. A BP está incluída no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional</p> <p>3. A instituição determina recursos específicos para a BP, ou seja, a BP é uma unidade orçamentária da IES.</p> <p>4. O orçamento determinado para a BP representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES pública), excluindo-se a folha de pagamento..</p> <p>5. A BP controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.</p> <p>6. A BP tem infra-estrutura e estrutura para captar e gerenciar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que permitem seu autofinanciamento.</p>	3
		<p>1. A BP depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)</p> <p>2. A BP está incluída no plano institucional por mera formalidade, isto é, tem recursos determinados mas não participa do processo de planejamento</p>	2

		<p>institucional.</p> <p>3. A BP não é uma unidade orçamentária, mas pode captar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc. e da prestação de serviços para a comunidade externa, que permitem seu autofinanciamento.</p> <p>4. A BP pode conhecer a distribuição do orçamento institucional, mas não alcança os percentuais referentes às notas de 3 a 5.</p>	
		<p>1 A BP depende organicamente de um setor técnico ou administrativo da IES.</p> <p>2. A BP não está incluída no plano institucional e, portanto, a determinação de recursos é aleatória ou episódica.</p> <p>3. A BP não é uma unidade orçamentária e conta unicamente com os recursos determinados pela IES.</p>	1
	3.1.2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	<p>1. O modelo de gestão da BP se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela a BP elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.</p> <p>2. A BP conta com uma estrutura organizacional equilibrada e funcional com relação à IES (não está super nem infra-dimensionada com relação à IES e reflete bem as funções e finalidades da BP).</p> <p>3. A BP trabalha em rede eletrônica com as Bibliotecas Setoriais (BBSS) e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG), alimentado por um sistema eletrônico de coleta de dados, com manual de instruções.</p> <p>4. A BP conta com um setor específico (ou unidade organizacional) de planejamento e avaliação e seu pessoal tem formação adequada para este fim ou conta com o apoio ou assessoria de uma Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.</p> <p>5. A BP conta com um sistema de avaliação de desempenho, registrado em uma política e com instrumentos específicos (princípios e critérios, sistema de coleta de dados e respectivo BIG, sistema de indicadores e padrões, modelo definido de relatório, manuais de procedimento).</p> <p>6. O sistema bibliotecário conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, ramais telefônicos, telefax, correio eletrônico, intranet).</p>	5
		<p>1. O modelo de gestão da BP se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela a BP elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.</p> <p>2. A BP conta com uma estrutura organizacional equilibrada e funcional com relação à IES (não está super nem infra-dimensionada com relação à IES e reflete bem as funções e finalidades da BP).</p> <p>3. A BP trabalha em rede eletrônica com as BBSS e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG), alimentado por um sistema eletrônico de coleta de dados, com manual de instruções.</p> <p>4. A BP conta com um setor específico (ou unidade organizacional) de planejamento e avaliação e seu pessoal tem formação adequada para este</p>	4

		<p>fim ou conta com o apoio ou assessoria de uma Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.</p> <p>5 A BP conta com um sistema de avaliação de desempenho, registrado em uma política e com instrumentos específicos (princípios e critérios, sistema de coleta de dados e respectivo BIG, sistema de indicadores e padrões, modelo definido de relatório, manuais de procedimento).</p> <p>6. O sistema bibliotecário conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, ramais telefônicos, telefax, correio eletrônico, mas não conta com intranet).</p>	
		<p>1. O modelo de gestão da BP se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela a BP elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.</p> <p>2. A BP conta com uma estrutura organizacional equilibrada e funcional com relação à IES (não está super nem infra-dimensionada com relação à IES e reflete bem as funções e finalidades da BP).</p> <p>3. A BP trabalha em rede eletrônica com as BBSS e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG), alimentado por um sistema eletrônico de coleta de dados, com manual de instruções.</p> <p>4. A BP conta com um setor específico ou unidade organizacional de planejamento e avaliação e seu pessoal tem formação adequada para este fim mas não conta com o apoio ou assessoria da Comissão de Biblioteca.</p> <p>5. A BP realiza esporadicamente uma avaliação de desempenho do sistema bibliotecário, isto é, não como uma prática do planejamento e da gestão.</p> <p>6. O sistema bibliotecário conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, correio eletrônico, telefax mas não conta com ramais telefônicos nem intranet)</p>	3
		<p>1. O modelo de gestão da BP se baseia (ou não) em uma missão, mas tem um plano de trabalho anual. Os objetivos estão em desacordo com a função da BP.</p> <p>2. A BP apresenta uma estrutura organizacional super o infra-dimensionada.</p> <p>3. A estrutura organizacional sugere um sistema, mas tem dificuldades quanto à coordenação das BBSS. Coleta dados de forma assistemática.</p> <p>4. As atividades de gestão são centralizadas, isto é, as executa o dirigente de BP. Não conta com Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.</p> <p>5. A BP não realiza avaliação de desempenho do sistema bibliotecário.</p> <p>6. O sistema bibliotecário conta com mecanismos formais de comunicação interna, porém restritos (quadros de avisos e correio eletrônico).</p>	2
		<p>1. O modelo de gestão da BP tem diretrizes de trabalho, mas não como um instrumento de uso sistemático. Trata-se mais de um modelo improvisado, que atua segundo as necessidades do momento.</p> <p>2. A BP apresenta uma estrutura organizacional super o infra-dimensionada,</p>	1

		<p>isto é, tem pouca funcionalidade. Tem dificuldades para coordenar as diversas bibliotecas da IES. As BBSS não dispõem de coleta de dados.</p> <p>3. A BP não realiza avaliação de desempenho do sistema bibliotecário.</p> <p>4. O sistema bibliotecário não adota mecanismos formais de comunicação interna. A comunicação é episódica.</p>	
	3.1.3. FORMAÇÃO DO PESSOAL	<p>1. O plano estratégico da BP inclui um programa de formação para todo o pessoal, por categoria funcional, em consonância com os objetivos estabelecidos e/ou com as necessidades diagnosticadas. Conta com dotação orçamentária específica para tal.</p>	5
		<p>1. O plano estratégico da BP inclui um programa de formação de pessoal, para as categorias funcionais que exigem nível superior, em consonância com os objetivos estabelecidos e/ou com as necessidades diagnosticada. Conta com dotação orçamentária específica para tal.</p>	4
		<p>1. O plano estratégico da BP inclui um programa de formação de pessoal para algumas categorias funcionais, segundo oportunidades emergentes. Conta com dotação orçamentária específica para tal.</p>	3
		<p>1. A BP não tem programa de formação de pessoal. A educação continuada é episódica e para algumas categorias funcionais. Não há dotação orçamentária específica para tal.</p>	2
		<p>1. A BP não tem programa de formação de pessoal. A educação continuada é episódica ou não ocorre. Não estabelece prioridades por categorias funcionais segundo as necessidades. Não há dotação orçamentária para tal.</p>	1
	3.1.4. ESPAÇO FÍSICO	<p>1. O edifício é próprio e segue o padrão: acima de 1m²/aluno matriculado e 1 posto de leitura/5 alunos.</p> <p>2. Para usuários:</p> <p>2.1. Posto de leitura entre 2.00 e 2.50 m²/usuário para consulta simultânea de 50% dos leitores no turno de maior afluência.</p> <p>2.2. Salas para grupos de 4 a 6 usuários, em quantidade de 2% do total de alunos. Medida: 9 a 10m².</p> <p>2.3. Salas individuais em quantidade de 2% do total de alunos. Medida: 3,5 a 4 m²</p> <p>3. Para a administração:</p> <p>3.1. Posto coletivo de trabalho: 5 a 6m²/2 pessoas.</p> <p>4. Adicionais:</p> <p>4.1. Sala de descanso, café etc.</p> <p>4.2. Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)</p> <p>5. Para coleções:</p> <p>5.1. 1m² de estanteria aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes). Obs.: Considerar 1,50 m de corredor entre estantes.</p> <p>5.2. Lajes com capacidade para suportar de 750-1000kg/m²</p> <p>6. Condições imprescindíveis:</p> <p>6.1. Rampas de acesso para deficientes físicos</p> <p>6.2. Elevadores, se for o caso</p>	5

		<p>6.3. Postos de leitura para deficientes</p> <p>6.4. Banheiros para deficientes</p> <p>7. Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que a BP pode compartilhar com a IES):</p> <p>7.1. Área para exposições, lançamentos etc.</p> <p>7.2. Auditorio</p> <p>7.3. Sala de reuniões</p>	
		<p>1. O edifício é próprio e segue o padrão: 1 m²/aluno matriculado e 1 posto de leitura/5 a 7 alunos.</p> <p>2. Para usuários:</p> <p>2.1. Posto entre 2.00 e 2.50 m²/usuário para consulta simultânea de 40 a 50% dos leitores no turno de maior afluência.</p> <p>2.2 Salas para grupos de 4 a 6 usuários, em quantidade de 1,5% do total de alunos. Medida: 9 a 10m²</p> <p>2.3. Salas individuais em quantidade de 1,5% do total de alunos. Medida: 3,5 a 4 m</p> <p>3. Para a administração:</p> <p>3.1. Posto coletivo de trabalho: 5 m²/2 pessoas</p> <p>4. Adicionais:</p> <p>4.1. Sala de descanso, café etc.</p> <p>4.2. Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)</p> <p>5. Para coleções:</p> <p>5.1. 1m² de estanteria aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes)</p> <p>5.2. Lajes com capacidade para suportar de 750-1000kg/m²</p> <p>6. Condições imprescindíveis:</p> <p>6.1. Rampas de acesso para deficientes físicos</p> <p>6.2. Elevadores, se for o caso</p> <p>6.3. Postos de leitura para deficientes</p> <p>6.4. Banheiros para deficientes</p> <p>7. Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que a BP pode compartilhar com a IES):</p> <p>7.1. Área para exposições, lançamentos etc.</p> <p>7.2. Auditorio</p> <p>7.3. Sala de reuniões</p>	4
		<p>1. O edifício é próprio e segue o padrão: 0,50 m²/aluno e 1 posto de leitura/8 a 10 alunos.</p> <p>2. Para usuários:</p> <p>2.1. Posto de leitura entre 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de 30 a 40% dos leitores do turno de maior afluência.</p> <p>2.2 Salas para grupos de 4 a 6 usuários na quantidade de 1,5 a 1% do total de alunos. Medida 9 a 10m²</p> <p>2.3 Salas individuais na quantidade para 1,5 a 1% do total de alunos. Medida: 3 m².</p> <p>3. Para a administração:</p> <p>3.1. Posto coletivo de trabalho: 5m²/2 pessoas</p>	3

		<p>4. Adicionais:</p> <p>4.1. Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)</p> <p>4.2. Não tem sala de descanso</p> <p>5. Para coleções:</p> <p>5.1. 1m² de estanteria aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes)</p> <p>5.2. As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²</p> <p>6. Condições imprescindíveis:</p> <p>6.1. Rampas de acesso para deficientes</p> <p>6.2. Elevadores, se for o caso</p> <p>6.3. Banheiros para deficientes</p> <p>7. Outros espaços (prescindíveis):</p> <p>7.1. Área para exposições</p> <p>7.2. Sala de reuniões</p>	
		<p>1. O edifício é adaptado e não segue nenhum padrão de área/aluno nem de postos de leitura/aluno, mas consegue abrigar 10 a 14 alunos/posto de leitura</p> <p>2. Para usuários:</p> <p>2.1. Posto de leitura entre 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de 20 a 30% dos leitores do turno de maior afluência.</p> <p>2.2. Salas para grupos de 4 a 6 usuários em quantidade de menos de 1% do total de alunos. Medida 9 a 10m²</p> <p>2.3 Salas individuais em quantidade para 1% do total de alunos. Medida: até 3 m²</p> <p>3. Para a administração:</p> <p>3.1. Posto coletivo de trabalho: 5 a 6m²/3 pessoas</p> <p>4. Adicionais:</p> <p>4.1. Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)</p> <p>5. Para coleções:</p> <p>5.1. Estanteria fechada</p> <p>5.2. As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²</p> <p>6. Das condições imprescindíveis, tem:</p> <p>6.1. Rampas de acesso para deficientes</p> <p>7. Dos outros espaços (prescindíveis), tem:</p> <p>7.1 Sala de reuniões</p>	2
		<p>1. O edifício é adaptado e não segue nenhum padrão de área/aluno nem de postos de leitura/aluno, e abriga mais de 15 alunos por posto de leitura.</p> <p>2. Para usuários:</p> <p>2.1. Posto de leitura entre 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de menos de 20% dos leitores do turno de maior afluência.</p> <p>2.2. No tem salas individuais nem para grupos.</p> <p>3. Para a administração:</p> <p>3.1. Posto coletivo de trabalho: 6 a 7m²/4 pessoas</p> <p>4. Adicionais:</p>	1

		<p>4.1. Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)</p> <p>5. Para coleções: 5.1. Estanteria fechada 5.2. As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²</p> <p>6. Condições imprescindíveis: 6.1. Não oferece condições para deficientes</p> <p>7. Outros espaços (prescindíveis) 7.1 Não dispõe de outros espaços (reuniões, exposições etc)</p>	
	3.1.5. FUNCIONAMENTO	1. As BB abrem 7 dias/semana e mais de 12 horas diárias, oferecendo todos os serviços.	5
		1 As BB abrem 6 dias/semana e 12 horas diárias, oferecendo todos os serviços.	4
		1. As BB abrem 5 ou 6 dias/semana e 12 horas diárias de segunda à sexta-feira e um mínimo de 4 ou 5 horas aos sábados, ainda que não ofereça todos os serviços.	3
		1. As BB abrem 5 ou 6 dias/semana em horário comercial, sem interrupção.	2
		1.As BB abrem 5 dias/semana, em horário comercial, com interrupção.	1
	3.1.6. INFRA-ESTRUTURA PARA OS SERVIÇOS	1. As BB contam com 1 micro/10 postos de leitura ou 1 micro/100 usuários potenciais, 1 micro dedicado ao empréstimo/400 transações diárias de empréstimo ou devolução, 1 micro/profissional de biblioteca.	5
		2. As BB oferecem acesso livre à Internet.	
		3. As BBSS contam com serviço de fotocópias para uso interno e com auto-serviço para os usuários.	
		1. As BB contam com 1 micro/10 a 15 postos de leitura, 1 micro dedicado ao empréstimo/400 transações diárias de empréstimo ou devolução, 1 micro/profissional de biblioteca.	4
		2. As BB oferecem acesso livre à Internet.	
		3. As BB contam com serviço de fotocópias para uso interno e para os usuários.	
		1. As BB contam com 1 micro/15 a 20 postos de leitura, 1 micro dedicado ao empréstimo/400 transações diárias de empréstimo ou devolução, 1 micro/profissional de biblioteca.	3
		2.As BB oferecem acesso livre à Internet.	
		3. As BB contam com serviço de fotocópias para uso interno.	
		1. As BB contam com 1 micro/mais de 20 postos de leitura; o serviço de empréstimo/reserva/devolução está parcialmente automatizado, 1 micro/2 a 3 profissionais de biblioteca.	2

		<p>2. As BB oferecem acesso livre à internet.</p> <p>3. As BB contam com serviço de fotocópias para uso interno..</p>	
		<p>1. As BB contam com 1 micro/mais de 20 postos de leitura; o serviço de empréstimo/reserva/devolução é manual e mecânico; 1 micro/5 ou mais profissionais de biblioteca.</p> <p>2. As BB não oferecem acesso livre à internet.</p> <p>3. As BB não contam com serviço de fotocópias.</p>	1
	3.1.7. SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS	<p>1. A BP tem políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (extintores em quantidade recomendada/m², manutenção das instalações, controle da umidade, sistema anti-roubo, limpeza).</p> <p>2. O sistema de iluminação das BB obedece às normas de 200 a 300 lux para as salas de leitura.</p> <p>3. A temperatura das BB se ajusta entre 18 e 22°C.</p>	5
		<p>1. A BP tem políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (extintores em quantidade recomendada/m², manutenção das instalações, limpeza, mas não conta com sistema anti-roubo).</p> <p>2. O sistema de iluminação das BB obedece às normas de 200 a 300 lux para as salas de leitura.</p> <p>3. A temperatura das BB se ajusta entre 18 e 22°C.</p>	4
		<p>1. A BP não tem políticas específicas, mas conta com alguns recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (extintores em quantidade recomendada/m², mas a manutenção das instalações é deficiente, não conta com sistema anti-roubo, a limpeza também é deficiente)</p> <p>2. A iluminação das BB é boa, embora não obedeça aos padrões técnicos de 200 a 300 lux para as salas de leitura.</p> <p>3. A temperatura das BB é boa, mas não se controla a umidade.</p>	3
		<p>1. A BP não tem políticas nem recursos para a prevenção.</p> <p>2. As BB se restringem a manter a integridade do edifício, das coleções e dos equipamentos. Apresentam problemas com a limpeza.</p> <p>3. Os sistemas de iluminação, de controle de temperatura e umidade das BB são precários.</p>	2
		<p>1. A BP não conta com políticas, nem com recursos para a prevenção.</p> <p>2. As BB apresentam sintomas de deterioração, sujidade, inutilidade, obsolescência quanto ao edifício, às coleções e aos equipamentos em geral.</p> <p>3. As BB não têm iniciativas relativas aos sistemas de iluminação, de controle da temperatura e da umidade.</p>	1
3.2. CAC	3.2.1. USUÁRIOS	<p>1. As BB conhecem o número de estudantes de graduação, pós-graduação</p>	

		e funcionários técnico-administrativos por meio do sistema acadêmico automatizado, aplicável aos processos de empréstimo.	5
		1. As BB conhecem o número de estudantes de graduação, pós-graduação e funcionários técnico-administrativos por meio do sistema acadêmico automatizado, mas este não é utilizado nos processos de empréstimo.	4
		1. O sistema acadêmico é parcialmente automatizado e permite obter informações confiáveis.	3
		1. O sistema acadêmico não é automatizado, mas dispõe de informações confiáveis.	2
		1. O sistema acadêmico não é automatizado e não dispõe de informações confiáveis..	1
	3.2.2. PESSOAL DA BIBLIOTECA (RH)	1. As BB conhecem o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação. 2. A formação do pessoal do sistema bibliotecário está acorde com suas funções. 3. O sistema bibliotecário mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários conforme segue: 3.1. 1 bibliotecário/400 a 500 alunos. 3.2. 1 auxiliar de biblioteca/até 500 alunos. 3.3. 1 bibliotecário-chefe/setor da BP e das BBSS. 3.4. 2 Estagiários/Bibliotecário* para os SAU (empréstimos, comutação bibliográfica) e apoio aos serviços técnicos (catalogação original e derivada, reposição de material nas estantes, etiquetagem). * Proposta do VII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Salvador (BA), em 1983.	5
		1. AS BB conhecem o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação. 2. A formação do pessoal do sistema bibliotecário está acorde com suas funções. 3. O sistema bibliotecário mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários conforme segue: 3.1. 1 bibliotecário/de 500 a 750 alunos 3.2. 1 auxiliar de biblioteca/500 a 750 alunos 3.3. 1 bibliotecário-chefe/setor da BP e das BBSS 3.4. 2 Estagiários/Bibliotecário para os SAU (empréstimos, comutação bibliográfica) e apoio aos serviços técnicos (catalogação original e derivada, reposição de material nas estantes, etiquetagem).	4
		1. AS BB conhecem o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação. 2. A formação do pessoal do sistema bibliotecário está acorde com suas	3

		<p>funções.</p> <p>3. O sistema bibliotecário mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários conforme segue:</p> <p>3.1. 1 bibliotecário/de 750 a 1000 alunos.</p> <p>3.2. 1 auxiliar de biblioteca/de 750 a 1000 alunos.</p> <p>3.3. 1 bibliotecário-chefe/setor da BP e das BBSS.</p> <p>3.4. 2 Estagiários/Bibliotecário para os SAU (empréstimos, comutação bibliográfica) e apoio aos serviços técnicos (catalogação original e derivada, reposição de material nas estantes, etiquetagem).</p>	
		<p>1. AS BB conhecem o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.</p> <p>2. A formação do pessoal do sistema bibliotecário em sua maioria está acorde com suas funções, mas apresenta casos de desvio de função.</p> <p>3. O sistema bibliotecário mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários conforme segue:</p> <p>3.1. 1 bibliotecário/mais de 1000 alunos.</p> <p>3.2. 1 auxiliar de biblioteca/mais de 1000 alunos.</p> <p>3.3. 1 bibliotecário-chefe da BP e das BBSS.</p> <p>3.4. 1 Estagiário/Bibliotecário.</p>	2
		<p>1. As BB não têm controle do quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.</p> <p>2. A formação do pessoal do sistema bibliotecário em sua maioria está acorde com suas funções, mas apresenta casos de desvio de função.</p> <p>3. O sistema bibliotecário mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários conforme segue:</p> <p>3.1. 1 bibliotecário/mais de 1000 alunos</p> <p>3.2. 1 auxiliar de biblioteca/mais de 1000 alunos</p> <p>3.3. Não há chefias intermediárias na BP nem chefes nas BBSS</p> <p>3.4. Não conta com estagiários.</p>	1
3.3. FDC	3.3.1. SELEÇÃO BIBLIOGRÁFICA	<p>1. A BP dispõe de uma política de seleção afinada aos programas de graduação e pós-graduação, na qual se determinam:</p> <p>1.1. Critérios de amplitude: profundidade e diversidade de conteúdos.</p> <p>1.2. Critérios de suficiência: quantidade/usuário.</p> <p>1.3. Critérios de vigência: grau de atualidade/área.</p> <p>1.4. Relações interdisciplinares.</p> <p>1.5. Tipos e suportes.</p> <p>1.6. Idioma.</p> <p>1.7. Biblioteca ou coleção de destino.</p> <p>1.8. Acessos alternativos a outros recursos de informação.</p> <p>1.9. Outros recursos: bibliotecas locais, regionais, nacionais, consórcios.</p> <p>1.10. Critérios para a coleção nuclear (bibliografias básicas, alta demanda).</p> <p>1.11. Obras gerais e especializadas de referência e consulta.</p> <p>1.12. Critérios para definir a coleção básica para estudo por parte dos docentes, outras coleções específicas para o ensino, a coleção para a pesquisa e a coleção de apoio para a gestão universitária.</p> <p>1.13. Critérios para formar a coleção cultural destinada à formação integral do indivíduo (representativa do pensamento universal, temas locais de interesse etc.) Obras que registram e/ou representam a história da IES (publicações em geral, teses etc.).</p>	5

		<p>2. A Comissão de Biblioteca (ou grupo específico) participa ativamente da seleção (revisão das bibliografias dos programas em face das bibliografias selecionadas, comparação com outras coleções semelhantes, estudo de uso, diagnóstico de lacunas temáticas, estudo da antiguidade da coleção por áreas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES).</p> <p>3. A BP têm controle das sugestões (ingressos, expurgos, transferências): quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade.</p> <p>4. As políticas estabelecem padrões mínimos para criar ou manter uma BS segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta:</p> <p>4.1 10 a 15 volumes nacionais/aluno matriculado (considerando a coleção total do sistema bibliotecário).</p> <p>4.2. 100 volumes/professor de jornada completa.</p> <p>4.3. 1 volume de leitura obrigatória /7 alunos</p> <p>4.4. 10 títulos/disciplina*</p> <p>4.5. 1 volume ingressado/até3 alunos/ano (incremento)</p> <p>4.6. Novo curso: 6 volumes por título/6 alunos/mesma turma, sendo que cada título deve constar em bibliografias de 3 disciplinas do mesmo curso.</p> <p>4.7. coleção atual: 6 a 7 títulos de revistas nacionais a texto completo/curso.</p> <p>4.8. 8 a 12 títulos de revistas internacionais** a texto completo/mestrado</p> <p>4.9. 13 a 15 títulos de revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)</p> <p>4.10. 1 base de dados ou <i>abstract</i> internacional/área principal de conhecimento para a docência ou pesquisa. Ex: <i>Biological Abstracts, Psychological Abstracts</i> etc.</p> <p>4.11. Livros eletrônicos prioritariamente da bibliografia básica, por compra individual ou em consórcio. Obs.: Este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.</p> <p>* Os critérios 4.1 a 4.4 (em negrito) necessariamente não são absolutos; devem ser comparados ou combinados entre si para que se tenham elementos de avaliar se é uma medida adequada ou não para uma determinada IES. Cada IES deve adotar no mínimo 2.</p> <p>** Desconsiderar os itens 4.7 a 4.10, caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 11 mil títulos a texto completo (dado de maio/2007). Neste caso, considerar o controle ou estudo de uso das revistas existentes no Portal.</p>	
		<p>1. A BP dispõe de política de seleção orientada aos programas de graduação e pós-graduação, tendo em conta os critérios indicados para a Nota 5.</p> <p>2. A Comissão de Biblioteca (ou grupo específico) participa ativamente da seleção (revisão das bibliografias dos programas em face das bibliografias selecionadas, comparação com outras coleções semelhantes, estudo de uso, diagnóstico de lacunas temáticas, estudo da antiguidade da coleção por áreas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES).</p> <p>3. A BP têm controle das sugestões (ingressos, expurgos, transferências): quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade</p> <p>4. As políticas estabelecem padrões mínimos para criar o manter uma BS, segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta:</p>	4

		<p>4.1. 6 a 9 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema bibliotecário).</p> <p>4.2. 30 a 40 volumes/professor de jornada completa</p> <p>4.3. 1 volume de leitura obrigatória/8 a 12 alunos</p> <p>4.4. 7 a 9 títulos/disciplina*</p> <p>4.5. 1 volume ingressado/2 alunos/ano (incremento)</p> <p>4.6. novo curso: 6 volumes por título/6 alunos/mesma turma, sendo que cada título deve constar em bibliografias de 3 disciplinas do mesmo curso. Padrão adotado na tese: 1000 volumes ao completar seu primeiro ano; 50% da coleção de volumes físicos</p> <p>4.7. coleção atual**: 4 a 5 títulos revistas nacionais a texto completo/curso</p> <p>4.8. 6 a 9 títulos revistas internacionais texto completo/mestrado;</p> <p>4.9. 10 a 12 títulos revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)</p> <p>4.10. 1 base de dados ou <i>abstract</i> internacional/área principal do conhecimento para a docência ou pesquisa Ex: <i>Biological Abstracts</i>, <i>Psychological Abstracts</i> etc.</p> <p>4.11. Livros eletrônicos prioritariamente da bibliografia básica, por compra individual ou em consórcio. Obs.: Este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.</p> <p>* Os critérios 4.1 a 4.4 (em negrito) necessariamente não são absolutos; devem ser comparados ou combinados entre si para que se tenham elementos de avaliar se é uma medida adequada ou não para uma determinada IES. Cada IES deve adotar no mínimo 2.</p> <p>** Desconsiderar os itens 4.7 a 4.10, caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 11 mil títulos a texto completo (dados de maio/2007). Neste caso, considerar o controle ou estudo de uso das revistas existentes no Portal.</p>	
		<p>1. A BP dispõe de política de seleção orientada aos programas de graduação e pós-graduação, mas inclui apenas 8 itens considerados para a Nota 5.</p> <p>2. A Comissão de Biblioteca considera, na seleção, alguns de seus aspectos: revisão das bibliografias dos programas em face das bibliografias selecionadas, diagnóstico de lacunas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES.</p> <p>3. A BP têm controle das sugestões (ingressos, expurgos, transferências): quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade.</p> <p>4. As políticas estabelecem padrões mínimos para criar o manter uma BS, segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta:</p> <p>4.1. 4 a 5 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema bibliotecário).</p> <p>4.2. 10 a 20 volumes/professor de jornada completa</p> <p>4.3. 1 volume de leitura obrigatória/13 a 15 alunos</p> <p>4.4. 4 a 6 títulos/disciplina*</p> <p>4.5. 1 volume ingressado/3 alunos/ano (incremento)</p> <p>4.6. novo curso: 1000 volumes ao completar seu primeiro ano; 50% de la colección de volúmenes físicos</p> <p>4.7. coleção atual**: 3 a 4 títulos de revistas nacionais a texto completo/curso</p> <p>4.8. 5 a 7 títulos revistas internacionais a texto completo/mestrado;</p> <p>4.9. 8 a 9 títulos revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)</p>	3

		<p>4.10. 1 base de dados ou <i>abstract</i> internacional/área principal do conhecimento para a docência ou pesquisa. Ex: <i>Biological Abstracts</i>, <i>Psychological Abstract</i> etc.</p> <p>4.11 Não conta com livros eletrônicos. Obs.: Este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.</p> <p>* Os critérios 4.1 a 4.4 (em negrito) necessariamente não são absolutos; devem ser comparados ou combinados entre si para que se tenham elementos de avaliar se é uma medida adequada ou não para uma determinada IES. Cada IES deve adotar no mínimo 2.</p> <p>** Desconsiderar os itens 4.7 a 4.10, caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 11 mil títulos a texto completo (dados de maio/2007), considerar o controle ou estudo de uso das revistas existentes no Portal.</p>	
		<p>1. A BP não controla os padrões mínimos. A BP conta com algumas orientações gerais para a seleção, mas não tem a consistência de uma política.</p> <p>2. A Comissão de Biblioteca não participa do processo de seleção.</p> <p>3. A BP não tem controle das sugestões relativas a ingressos e expurgo.</p> <p>4. A BP ou as BB não tem políticas mas seguem alguns padrões:</p> <p>4.1. 3 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema bibliotecário)</p> <p>4.2. 5 a 8 volumes/professor de jornada completa</p> <p>4.3 1 volume de leitura obrigatória/16 a 20 alunos</p> <p>4.4. 2 a 3 títulos/disciplina*</p> <p>4.5. menos de 1 volume ingressado/4 a 6 alunos/ano (incremento)</p> <p>4.6. novo curso: menos de 1000 volumes ao completar seu primeiro ano</p> <p>4.7. coleção atual**: 2 a 3 títulos revistas nacionais a texto completo/curso</p> <p>4.8. 4 a 5 títulos revistas internacionais texto completo/mestrado e doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos).</p> <p>4.9. não conta com base de dados ou <i>abstract</i> internacional/área principal do conhecimento para a docência ou pesquisa.</p> <p>* Os critérios 4.1 a 4.4 (em negrito) necessariamente não são absolutos; devem ser comparados ou combinados entre si para que se tenham elementos de avaliar se é uma medida adequada ou não para uma determinada IES. Cada IES deve adotar no mínimo 2.</p> <p>** Desconsiderar os itens 4.7 a 4.9 caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 11 mil títulos a texto completo (dados de maio/2007), considerar o controle ou estudo de uso das revistas existentes no Portal.</p>	2
		<p>1. A BP não controla padrões mínimos. A BP não dispõe de orientações preliminares para a seleção (apenas recebe solicitações).</p> <p>2. Não tem Comissão de Biblioteca.</p> <p>3. Não segue padrões de seleção de livros. Quanto às revistas, têm acesso ao Portal da CAPES mas não o utiliza.</p>	1
	3.3.2. AQUISIÇÃO BIBLIOGRÁFICA	<p>1. A BP dispõe de uma política de aquisição orientada para os programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos,</p>	5

		<p>pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.</p> <p>2. A BP executa todo o processo de aquisição e determina a época da compra. Caso a compra seja descentralizada, a BP tem controle do processo.</p> <p>3. Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.</p> <p>4. A BP tem controle do expurgo.</p> <p>5. As políticas estabelecem padrões mínimos: 5.1. Perda de 3%/ano/coleção em estanteria aberta. 5.2. Perda de 1%/ano/coleção em estanteria fechada.</p> <p>6. O incremento é de 1 livro/3 usuários/ano.</p>	
		<p>1. A BP dispõe de uma política de aquisição orientada para os programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos, pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.</p> <p>2. A BP executa todo o processo de aquisição, mas não determina época da compra.</p> <p>3. Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.</p> <p>4. A BP tem controle do expurgo.</p> <p>5. As políticas estabelecem padrões mínimos: 5.1. Perda de 3%/ano/coleção em estanteria aberta. 5.2. Perda de 1%/ano/coleção em estanteria fechada</p> <p>6. O incremento é de 1 livro/2 usuários/ano</p>	4
		<p>1. A BP dispõe de uma política de aquisição orientada para os programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos, pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.</p> <p>2. A BP executa todo o processo de aquisição, mas não determina época da compra.</p> <p>3. Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.</p> <p>4. A BP tem controle do expurgo.</p> <p>5. As BB têm controle sobre as perdas e estas se dão dentro dos seguintes percentuais: 5.1. Perda de 4 a 5%/ano/ coleção em estanteria aberta. 5.2. Perda de 1%/ano/coleção em estanteria fechada</p> <p>6. O incremento é de 1 livro/3 usuários/ano.</p>	3
		<p>1. A BP dispõe de algumas orientações para a aquisição de interesse dos programas de graduação e pós-pós-graduação.</p>	2

		<p>2. A BP não executa mas participa do processo de aquisição. A compra é esporádica.</p> <p>3. Há algum tipo de controle da aquisição por compra, doação e permuta/quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.</p> <p>4. A BP controla precariamente o expurgo.</p> <p>5. As BB não têm controle sobre as perdas anuais, embora conheçam o padrão recomendável.</p> <p>6. O incremento é de 1 livro/4 a 6 usuários/ano.</p>	
		<p>1. A BP não conta com política nem com diretrizes para aquisição. Esta é feita segundo as solicitações</p> <p>2. A BP não participa do processo de aquisição. A compra é esporádica.</p> <p>3. A BP tem controles precários de aquisição por compra, doação e intercambio/quantidade, área ou assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.</p> <p>4. A BP controla precariamente o expurgo.</p> <p>5. As BB não conhecem os padrões recomendáveis e não têm controle sobre as perdas anuais.</p> <p>6. O incremento é de 1 livro/7 usuários e mais/ano.</p>	1
	3.3.3. CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO	<p>1. A BP adota um formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação e tem controle de autoridades por assunto e autor.</p> <p>2. A BP controla as quantidades:</p> <p>2.1. número de itens de catalogação original: um mínimo de 24 itens/6 horas/pessoa.</p> <p>2.2. número de itens em catalogação derivada: um mínimo de 72 itens/6 horas/pessoa.</p> <p>3. A BP controla o tempo que leva uma obra para ser posta à disposição do usuário: 30 minutos.</p> <p>4. A BP controla o material do OPAC e do catálogo de fichas, bem como o material não-catalogado.</p> <p>5. A BP controla numericamente os processos de registro e etiquetagem:</p> <p>5.1. 300 a 360 itens registrados/6 horas/pessoa.</p> <p>5.2. 300 a 360 itens etiquetados/6 horas/pessoa.</p>	5
		<p>1. A BP adota um formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação e tem controle de autoridades por assunto e autor.</p> <p>2. La BP controla las cantidades:</p> <p>2.1. número de itens em catalogação original: 18 a 23 itens/6 horas/pessoa.</p>	4

		<p>2.2. número de itens em catalogação derivada: 65itens/6 horas/pessoa.</p> <p>3. A BP controla o tempo que se tarda para uma obra chegar ao usuário: 1 a 1:30 horas.</p> <p>4. A BP controla o material do OPAC e do catálogo de fichas, bem como material não catalogado.</p> <p>5. A BP controla numericamente os processos de registro e etiquetagem: 5.1. 250a 300 itens registrados/6 horas/pessoa. 5.2. 250 a 300 itens etiquetados/6 horas/pessoa.</p>	
		<p>1. A BP adota um formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação e tem controle de autoridades por assunto e autor.</p> <p>2. La BP controla as quantidades: 2.1. número de itens em catalogação original:12 a 17 itens/6 horas/pessoa. 2.2. número de itens em catalogação derivada: 55 a 64 itens/6 horas/pessoa.</p> <p>3. A BP controla o tempo que se tarda para uma obra chegar ao usuário: 1:30 a 2:30 horas.</p> <p>4. A BP controla precariamente o material do OPAC e do catálogo de fichas e o material não catalogado.</p> <p>5. BP controla numericamente os processos de registro e etiquetagem: 5.1. 180 a 240 itens registrados/6 horas/pessoa. 5.2. 180 a 240itens etiquetados/6 horas/pessoa.</p>	3
		<p>1. A BP adota um formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação e tem controle de autoridades por assunto e autor.</p> <p>2. A BP controla as quantidades: 2.1. número de itens em catalogação original: 8 a 11 itens/6 horas/pessoa. 2.2. número de itens em catalogação derivada: 40 a 54 itens/6 horas/pessoa.</p> <p>3. A BP controla o tempo que se tarda para uma obra chegar ao usuário: de 2:30 a 6 horas.</p> <p>4. La BP não tem controle do material do OPAC e do catálogo de fichas e do material não catalogado.</p> <p>5. BP controla numericamente os processos de registro e etiquetagem: 5.1. entre 100 e 180 itens registrados/6 horas/pessoa. 5.2. entre 100 e 180 itens etiquetados /6 horas/pessoa.</p>	2
		<p>1. La BP não adota um formato internacional de registros bibliográficos.</p> <p>2. La BP controla as quantidades: 2.1. número de itens em catalogação original: até 7 itens/6 horas/pessoa. 2.2. número de itens em catalogação derivada: até 40 itens/6 horas/pessoa.</p>	1

		<p>3. A BP não controla o tempo que se tarda para uma obra chegar ao usuário.</p> <p>4. La BP não tem controle do material do OPAC, do catálogo de fichas, nem do material não catalogado. ç</p> <p>5. A BP controla numericamente os processos de registro e etiquetagem:: 5.1. menos de 100 ítems registrados/6 horas/pessoa. 5.2. menos de 100 ítems etiquetados/6 horas/pessoa.</p>	
	3.3.4. ACESSIBILIDADE DA COLEÇÃO	<p>1. As BB controlam numericamente: 1.1. A acessibilidade: itens de livre acesso; itens de acesso fechado 1.2. Os tipos de material: Monografias (títulos e exemplares); Revistas (títulos correntes e interrompidos); Materiais Especiais.</p> <p>2. AS BB armazenam as coleções em estantes abertas e devidamente sinalizadas.</p> <p>3. AS BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (20 anos).</p> <p>1. AS BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).</p> <p>5. As BB disponibilizam dissertações e teses por meio da (BDTD).</p>	5
		<p>1. A BB controlam numericamente: 1.1. A acessibilidade: ítems de livre acesso; ítems de acesso fechado 1.2. Os tipos de material: Monografías (títulos e exemplares); Revistas (títulos correntes e interrompidos); Materiales Especiales.</p> <p>2. AS BB armazenam as coleções em estantes abertas e devidamente sinalizadas.</p> <p>3. AS BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (15 a 19 anos).</p> <p>4. AS BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).</p> <p>5. As BB disponibilizam dissertações e teses por meio da (BDTD).</p>	4
		<p>1. AS BB controlam numericamente, mas de maneira precária: 1.1. A acessibilidade: itens de livre acesso; itens de acesso fechado 1.2. Os tipos de material: Monografias (títulos e exemplares); Revistas (títulos correntes e interrompidos); Materiales Especiales.</p> <p>2. As BB armazenam as coleções em estantes abertas e fechadas e devidamente sinalizadas.</p> <p>3. As BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções estabelecido nas políticas de seleção e aquisição (10 a 14 anos).</p> <p>4. As BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).</p> <p>5. As BB disponibilizam dissertações e teses por meio da (BDTD).</p>	3

		<p>1. As BB têm dificuldade para controlar numericamente:</p> <p>1.1. A acessibilidade: ítems de livre acesso; ítems de acesso fechado</p> <p>1.2. Os tipos de material: Monografias (títulos e exemplares); Revistas (títulos correntes e interrompidos); Materiais Especiais.</p> <p>2. As BB armazenam as coleções em estantes abertas e fechadas e são mal sinalizadas.</p> <p>2. As BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (9 anos e menos).</p> <p>4. As BB têm um precário sistema de controle do uso da coleção (índice de uso).</p> <p>5. As BB não disponibilizam dissertações e teses por meio da (BDTD).</p>	2
		<p>1. A BP e as BBSS no controlam numericamente:</p> <p>1.1. A acessibilidade: ítems de livre acesso; ítems de acesso fechado</p> <p>1.2. Os tipos de material: Monografias (títulos e exemplares); Revistas (títulos correntes e interrompidos); Materiais Especiais.</p> <p>2. A BP e as BBSS armazenam as coleções em estantes fechadas e mal sinalizadas.</p> <p>3. A BP e as BBSS não dispõem de espaço para crescimento das coleções.</p> <p>4. A BP e as BBSS não têm sistema de controle do uso da coleção (índice de uso).</p> <p>5. As BB disponibilizam dissertações e teses por meio da (BDTD).</p>	1
3.4. SAU	3.4.1. TIPOS, QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS	<p>1. As BB controlam totalmente os serviços indicados:</p> <p>1.1. Consulta geral em sala/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto etc.</p> <p>1.2. Consulta a obras de referência em sala/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto etc.</p> <p>1.3. Pesquisas assistidas/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto, realizada (com e sem sucesso).</p> <p>1.4. Empréstimo a domicílio, Reserva, Devolução/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto.</p> <p>1.5. Empréstimo interbibliotecário/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto: pedidos realizados, satisfeitos, recebidos, recebidos satisfeitos</p> <p>1.6. Comutação bibliográfica/total e tipo de usuário: pedidos feitos, satisfeitos, recebidos, recebidos satisfeitos.</p> <p>1.7. Formação de usuários (por demanda, por oferta/tipo de usuário)</p> <p>1.8. Serviço de fotocópias</p> <p>1.9. Acesso livre à internet</p> <p>1.10. Visitas guiadas</p> <p>1.11. Outros serviços (prescindíveis): difusão seletiva, normalização de trabalhos acadêmicos, tradução de resumos, elaboração de resumos etc.</p> <p>2. As BB controlam os itens <u>não</u> atendidos.</p> <p>3. A BP dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado em todo o sistema bibliotecário.</p>	5

		<p>4. Os processos de empréstimo são automatizados e se integram aos sistemas da IES (alunos, docentes, técnico-administrativos)</p> <p>5. Os SAU contam com linhas telefônicas, fax, correio eletrônico, correio convencional e outras facilidades de comunicação interna.</p> <p>6. A BP divulga os serviços e as normas através de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página <i>web</i> etc.</p> <p>7. A BP realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).</p>	
		<p>1. As BB controlam 80% dos 10 primeiros serviços correspondentes à Nota 5.</p> <p>2. As BB controlam os itens <u>não</u> atendidos.</p> <p>3. A BP dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado em todo o sistema bibliotecário.</p> <p>4. Os processos de empréstimo são automatizados e se integram aos sistemas da IES (alunos, docentes, técnico-administrativos)</p> <p>5. Os SAU contam com linhas telefônicas e fax, correio eletrônico, mas têm dificuldades para utilizar o correio convencional e a outros meios de comunicação interna.</p> <p>6. A BP divulga os serviços e as normas através de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página <i>web</i> etc.</p> <p>7. A BP realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).</p>	4
		<p>1. As BB controlam entre 50 e 70 % dos 10 primeiros serviços correspondentes à Nota 5.</p> <p>2. As BB controlam os itens <u>não</u> atendidos.</p> <p>3. A BP dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado em todo o sistema bibliotecário.</p> <p>4. Os processos de empréstimo são automatizados, mas não se integram ao sistema da IES (alunos, docentes, técnico-administrativos).</p> <p>5. Os SAU contam com poucas linhas telefônicas, acesso difícil a fax e ao correio convencional, mas utilizam correio eletrônico.</p> <p>6. A BP divulgação os serviços e as normas do sistema bibliotecário por meio de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, mas não têm página <i>web</i>.</p> <p>7. A BP realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).</p>	3
		<p>1. As BB controlam 30% dos 10 primeiros serviços indicados para a Nota 5.</p>	2

		<p>2. As BB controlam precariamente os ítems não atendidos.</p> <p>3. A BP dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuldades em sua aplicação a todo o sistema bibliotecário.</p> <p>4. Os processos de empréstimo são manuais ou parcialmente automatizados.</p> <p>5. Os SAU contam com uma linha telefônica, não dispõem de fax, contam com correio eletrônico mas têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna.</p> <p>6. A BP divulga os serviços e as normas do sistema bibliotecário somente através de folhetos e quadro mural.</p> <p>7. A BP não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB.</p>	
		<p>1. As BB controlam menos de 30% dos 10 primeiros serviços indicados para a Nota 5.</p> <p>2. As BB não controlam os itens não atendidos.</p> <p>3. A BP dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuldades em sua aplicação a todo o sistema bibliotecário.</p> <p>4. Os processos de empréstimo são manuais.</p> <p>5. Os SAU não contam com nenhuma linha telefônica, não dispõem de fax, contam com correio eletrônico e têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna.</p> <p>6. A BP não costuma divulgar os serviços, embora eventualmente use o quadro mural.</p> <p>7. A BP não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB..</p>	1

QUADRO 4 - Modelo de avaliação para as bibliotecas universitárias brasileiras: proposta.

Fonte: Tese de doutorado (LUBISCO, 2007, p. 308-334).

4.3. CÁLCULO DOS VALORES FINAIS

Na versão original da tese de doutorado, apresentada na Universidad Carlos III de Madrid, justificava-se apresentar neste item, de forma detalhada, os mecanismos de cálculo para a obtenção das notas parciais e final da categoria de análise Biblioteca.

No entanto, tendo-se que a metodologia de cálculo para a referida categoria - a exemplo do que ocorre com as outras duas categorias de análise – já se encontra desenvolvida pelo INEP e consta do seu manual de avaliação, considerou-se desnecessário apresentá-la neste artigo.

De qualquer modo, nos parece necessário acrescentar que temos consciência que a aplicação do modelo proposto, diante de determinadas circunstâncias, poderá suscitar dúvidas ao avaliador, embora se tenha pretendido evitar critérios subjetivos. É provável que ele se depare com casos em que se verá obrigado a tomar uma decisão entre dois itens similares ou com uma determinada situação que não está bem definida no modelo. Não será incomum também que uma biblioteca não cumpra todos os requisitos correspondentes a uma determinada nota. No entanto, como pensam alguns teóricos, a exemplo de Helen Tuttle & M. Gopinath (1981) e Peter Brophy (2006), há momentos em que os bons exemplos de desempenho e a prática baseada em evidências ou mesmo o bom senso terão prioridade sobre dados concretos. Os dois primeiros autores, citados por Carvalho, afirmam que

[...] a maioria dos padrões usados atualmente foram estabelecidos através de consenso de bibliotecários experientes e de estimativas, não tendo sido formulados a partir de dados objetivos (CARVALHO, 1981, p.26).

Este respaldo também foi encontrado no próprio Instrumento do INEP, como se vê no Quadro 5 a seguir, onde o Instituto considera a possibilidade de que se aplique “o critério dos avaliadores”.

Média dos Indicadores da Categoria (MAI)	Conceito da Categoria
$1,0 \leq \text{MAI} < 1,4$	1
$1,4 \leq \text{MAI} \leq 1,7$	1 ou 2, segundo o critério dos avaliadores
$1,7 < \text{MAI} < 2,4$	2

$2,4 \leq \text{MAI} \leq 2,7$	2 ou 3, segundo o critério dos avaliadores
$2,7 < \text{MAI} < 3,4$	3
$3,4 \leq \text{MAI} \leq 3,7$	3 ou 4, segundo o critério dos avaliadores
$3,7 < \text{MAI} < 4,4$	4
$4,4 \leq \text{MAI} \leq 4,7$	4 ou 5, segundo o critério dos avaliadores
$4,7 < \text{MAI} \leq 5,0$	5

QUADRO 5 – Matriz de associação para a atribuição de conceitos para as Categorias, segundo determina o INEP

Fonte: BRASIL. Instituto..., 2006, p. 23.

Apresentado como uma proposta pretende-se que este modelo seja amplamente discutido no território nacional com os pares das IES e com os especialistas do INEP, este por constituir a entidade governamental responsável pela avaliação das bibliotecas universitárias no contexto da avaliação dos cursos e graduação e da avaliação institucional. E o que se deseja é que, aplicado como piloto, este modelo teórico se vá aperfeiçoando, completando e adaptando às necessidades e peculiaridades brasileiras, na perspectiva de que as bibliotecas acadêmicas passem a atuar como efetivo recurso acadêmico-pedagógico dentro da universidade.

Com isto, pretende-se que deste trabalho de pesquisa possam beneficiar-se, de um lado, o INEP ao qual ele se destina para utilizá-lo na sua tarefa de avaliação das IES; e de outro os sistemas bibliotecários das universidades brasileiras, tanto para enfrentar os processos de avaliação, quanto para elaborar o planejamento e a gestão de seus respectivos sistemas de bibliotecas.

AGRADECIMENTO

Agradeço à bibliotecária Sônia Chagas Vieira e à arquiteta Rebeka Leite Villa pelas contribuições, bem como a Isnaia Veiga Santana e José Jorge Oliveira, pelas sugestões na revisão final deste artigo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2000. 112p.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. *Standards for college libraries*. 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/guides/college.html>>. Acesso em: 30 maio 2005.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. *Standards for libraries in higher education*. 2004. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/guides/college.html>>. Acesso em: 24 jan. 2006.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN. *Información y documentación: indicadores de rendimiento bibliotecario: UNE 50137:2000*. Madrid, 2000. 57 p.

_____. _____. Madrid, 2005. 14 p. Trata-se da primeira modificação.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. Consejo Regional Centro Occidente. Grupo de Trabajo de Bibliotecas. *Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior de la región centro occidente de ANUIES*. [S.l.], 2000. 40 p.

LA BIBLIOTECA universitaria eficaz: directrices para la evaluación del rendimiento en bibliotecas universitarias. Cádiz: Universidad, 1999. 81 p. Relatório do Group on Performance Indicators for Libraries Joint Funding Council. Tradução, introdução e notas de Miguel Duarte Barrionuevo.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação de cursos de graduação: instrumento*. Brasília: 2006. 91 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/manuais.htm>>. Acesso em: set. 2006, jun. 2007. Trata-se do instrumento único de avaliação dos cursos de graduação.

_____. *Avaliação de cursos de graduação: instrumento*. Brasília, 2008. ___ p. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Instrumento_de_Autorizacao_Bacharelado_e_Licenciatura_2008.pdf>. Acesso em: jun. 2008. 25 p. Trata-se do manual para autorização de bacharelado e licenciatura.

_____. *Sinaes*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>>. Acesso em: 31 out. 2006.

_____. *Sinopse da Educação Superior 2004*. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2006; 30 jan. 2007.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.INEP.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/LEI_n10861_14_4_04_SINAES.doc>. Acesso em: 20 jan. 2006.

BROPHY, Peter. *Measuring library performance; principles and techniques*. London: Facet Publishing, 2006. 242 p.

CABO, Mercè et al. Un puente hacia el futuro: el plan estratégico de REBIUN. *Biblioteconomia y Documentació*, Barcelona, n. 10, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/bid>>. Acesso em: 29 jan. 2004.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*. [Fortaleza]: Edições UFC; [Brasília]: ABDF, 1981. 71 p.

_____. *Estatísticas e padrões para o planejamento e a avaliação de bibliotecas universitárias*. Brasília: SESu; CAPES; CNPq; FINEP, 1995. 159 p.

COLETTA, Teresinha das Graças; ROZENFELD, Henrique. Indicadores de desempenho para bibliotecas universitárias: definições e aplicações sob o ponto de vista da literatura. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 129-141, set./dez. 2007

CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERISDADES ESPAÑOLAS. *Normas y directrices para bibliotecas universitarias y científicas*. Madrid: CRUE/REBIUN, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/reglamentos/normasBibliotecas.asp>>. Acesso em: mar. 2006.

_____. *Plan estratégico 2003-2006*. Madrid: CRUE/REBIUN, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/estrategico/indice.asp>>. Acesso em: mar. 2006.

CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERISDADES ESPAÑOLAS. Grupo de Evaluación de Rebiun. *Indicadores de rendimiento para la evaluación de bibliotecas universitarias*. Madrid, 2000. 81 p.

CONSEJO DE RECTORES DE UNIVERSIDADES CHILENAS. Comisión Asesora de Bibliotecas y Documentación. *Estándares para bibliotecas universitarias chilenas*. 2. ed. Santiago: CRUC, 2001. 36 p. Disponível em: <<http://www.upch.edu.pe/duiict/enlaces/uno/pdf/estandares%20chilenos.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2006.

CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. Tema 5: bibliotecas universitárias. En: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7, 1973, Belém. *Anais ...* Rio de Janeiro: IBBD, 1977. p. 229-250

DUARTE BARRIONUEVO, Miguel (Trad). Notas sobre evaluación de rendimiento. En: LA BIBLIOTECA universitaria eficaz. Cádiz: Universidad, 1999. p. 3-13.

DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.

ESPAÑA. Consejo de Coordinación Universitaria. Secretaría General. *Guía de evaluación de Bibliotecas*. [s.l.], 2002. 66 p. Integra el II Plan de la Calidad de las Universidades. Disponível em: <http://www.ua.es/es/bibliotecas/SIBID/document/pdf/guia_evaluacion_bibliotecas.pdf> Acesso em: nov. 2006.

ESPAÑA. CSIC. CINDOC. *Ranking mundial de universidades en la web jul. 06: top Spain & Portugal*. Disponível em: <http://www.webmetrics.info/op50_latinoamerica.asp?con=spain_portugal>. Acesso em: ago: 2006; 2 fev. 2007.

ESPAÑA. CSIC. CINDOC. Laboratorio de Internet. *Ranking mundial de universidades en la web jul.06: top 200 latin american universities*. Disponível em: <http://www.webmetrics.info/top200_latinoamerica.asp>. Acesso em: ago.20076; 2 fev. 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Biblioteca Mário Henrique Simonsen. *Padrões de catalogação...* [Mensagem pessoal de Maria do Perpétuo Socorro Almeida] Mensagem recebida por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 5 jul. 2007.

FUSHIMI, Marcela. Normas y criterios para la evaluación de bibliotecas universitarias: la experiencia de la biblioteca de la facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la Plata. En: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACIÓN Y CALIDAD EN BIBLIOTECAS, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Información, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso em: ago.2003, jan. 2007. Trabalho oficial nº 2. O anexo se refere ao formulário estatístico de 2001, desenvolvido dentro do Proyecto ROBLE da mesma Universidade.

FUSHIMI, Marcela; MANGIATERRA, Norma; MIGUEL, Sandra. *Instructivo: formulário estadístico 2004*. La Plata (AR): ROBLE Portal de Bibliotecas de la UNLP, 2005. Disponível em: <<http://www.roble.unlp.edu.ar>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. *Plano nacional de bibliotecas universitárias: planejamento e permanência*. [Brasília: FINEP], 1991. 42 p.

GUÍA EFQM para la autoevaluación de bibliotecas universitarias. Cádiz: Unidad para la Calidad de las Universidades Andaluzas, 2002. 2 v. Coord. por Miguel Duarte Barrionuevo.

GUIMARÃES, Maria Cristina S. et al. Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na Fiocruz. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 116-131, jul./dez., 2006.

HERRERA, Luís. *Bibliotecas universitarias argentinas*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación. Secretaria de Políticas Universitarias, 1995. Trata-se de um informe-diagnóstico.

_____. *Comentarios – reflexiones* [lista de discusión simposio@sai.com.ar Simposio Electrónico Evaluación y Calidad en Biblioteca/Sociedad Argentina de Información]. Mensagem recebida por nidialubisco@yahoo.com.br em: 8 ago. 2002.

INSTITUTO ARGENTINO DE NORMALIZACIÓN. Subcomité de Documentación. *Indicadores de desempeño de en bibliotecas (Norma IRAM 32062 - Información y documentación)*. En: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACIÓN Y CALIDAD EN BIBLIOTECA, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Información, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso: ago.2003, jan. 2007. Trata-se da Comunicação n. 1

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARIES ASSOCIATION. IFLA Standards for university libraries. *IFLA Journal*, 1987.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Norma ISO 11620/1998. Infomación y documentación: indicadores de rendimiento bibliotecario (primera parte). *Revista Española de Documentación Científica*, Madrid, CINDOC, v. 22, n. 2, 1999. p. 223-247. Corresponde à norma espanhola UNE 50-137/2000.

KRZYSANOWSKI, Roly Fávero. *Análise comparativa de padrões propostos pelo SIBI/USP e os existentes internacionalmente, em relação a recursos humanos*. [São Paulo: USP], 1993. 12 f.

LANCASTER, F. W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. 356 p.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. *A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA*. 2001. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, 2002.

_____. *La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora*. 2007. 405 p. Tese (Doctorado en Documentación) – Universidad Carlos III de Madrid

MANO GONZÁLEZ, Marta de la. Propuesta de un sistema de evaluación para bibliotecas universitarias. *Revista Española de Documentación Científica*, Madrid, v. 21, n. 2, 1998, p. 174-197.

MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. *Sistemas de informação das bibliotecas da UNICAMP: identificação e avaliação dos principais indicadores para gestão estratégica*. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas.

NEUFERT, Ernst. *Arte de projetar em arquitetura: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações*. 5. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 1976. 431p. Tradução da 21. ed. alemã.

NORMAS para edificios destinados a archivos y bibliotecas. [¿Madrid?: s.c.p., 20--]. Disponível em: <<http://xlpv.cult.gva.es/files/normas%20edificios.pdf>>. Acesso em: jul 2007.

PACIOS LOZANO, Ana Reyes. La planificación en la biblioteca universitaria: los planes estratégicos. In: ORERA ORERA, Luisa (Ed.). *La biblioteca universitaria: análisis en su entorno híbrido*. Madrid: Síntesis, 2005. p.149-185.

POLL, Roswitha; BOEKHORST, Peter te. *Medición de la calidad: directrices internacionales para la medición del rendimiento en las bibliotecas universitarias*. Madrid: ANABAD, 1998. Versão espanhola de Ramón Abad Hiraldo e Belén Altuna Esteibar.

PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE. Sistema de Bibliotecas. *Estudio comparativo entre bibliotecas chilenas, latinoamericanas y estadounidenses*. Santiago, 1999.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.3, n. 1, p. 60-76, jul./dez. 2005.

SHANGAI JIAO TONG UNIVERSITY. Institute of Higher Education. *Academic Ranking of World Universities 2005*. Disponível em: <<http://ed.sjtu.edu.cn/rank/2005/ARWU2005TOP500list.htm>>. Acesso em: 10 ago.2006.

SHANGAI JIAO TONG UNIVERSITY. Institute of Higher Education. *Academic Ranking of World Universities 2006*. Disponível em: <<http://ed.sjtu.edu.cn/ranking2006.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2007.

STUBBS, Edgardo Alberto. Indicadores de desempenho: natureza, utilidade e construção. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 149-159, jan./abr. 2004.

UNESCO. IESALC. *Noticias de educación superior en América Latina y el Caribe*. Caracas: IESALC, 2007. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org/ve/general/Reunion_MESALC.htm>. Acesso em: 1 fev.2007.

UNESCO. Statistical yearbook 1999. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/en/stats/statistics/yearbook/tables/Table_II_S_1_Region.htm>. Acesso em: 12 jan. 2006.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID. *Estudio comparativo de calidad de las bibliotecas universitarias españolas y desarrollo de un catálogo de “mejores prácticas”*. Madrid, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.uam.es/paginas/calidad.html>>. Acesso em: 8 jun. 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. *Manual de instruções para preenchimento dos dados do relatório gerencial estatístico do SBU*. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://143.106.108.14/relatorio/>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

_____. *Planejamento estratégico 2006-2010*. Campinas: Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, 2006. 36 f.

_____. *Relatório gerencial estatístico do SBU*. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://143.106.108.14/relatorio/>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Biblioteca Central. *Padrões de catalogação...* [mensagem pessoal de Julita Sampaio]. Mensagem recebida por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 5 jul.2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Sistema de Bibliotecas. *Proposta preliminar de modelo para a organização e gestão da rede de bibliotecas da UFBA*. Salvador, 2002. 13 f.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. *Dados do SIBi/USP* [mensagem pessoal]. Mensagem recebido por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 1 jun. 2006.

_____. *Modelo de gestão: proposta para o SIBi/USP*. São Paulo, 2001. 51 p.

VERGUEIRO, Waldomiro; CARVALHO, Telma de. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clienets de bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 27-40. jan./jun. 2001.